

CARLOS MALHEIRO DIAS
NA FICÇÃO E NA HISTÓRIA



Biblioteca Breve

SÉRIE LITERATURA

ISBN 972 - 566 - 178 - 8

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO
ANTÓNIO QUADROS

JOÃO BIGOTTE CHORÃO

CARLOS MALHEIRO
DIAS NA FICÇÃO
E NA HISTÓRIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Título

**Carlos Malheiro Dias
na Ficção e na História**

Biblioteca Breve / Volume 121

1.^a edição — 1992

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
Ministério da Educação

© *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*

Divisão de Publicações

Praça do Príncipe Real, 14-1.º, 1200 Lisboa

Direitos de tradução, reprodução e adaptação
reservados para todos os países

Tiragem

4 000 exemplares

Coordenação geral

Beja Madeira

Orientação gráfica

Luís Correia

Distribuição comercial

Livraria Bertrand, SARL

Apartado 37, Amadora — Portugal

Composição e impressão

Gráfica Maiadouro

Rua Padre Luís Campos, 686 — 4470 MAIA

Março 1992

Depósito legal n.º 53 304/92

ISSN 0871 – 5165

ÍNDICE

Percurso de Carlos Malheiro Dias.....	7
Da História à Ficção.....	18
Da Ficção à História.....	45
Modelo de polémica Não Portuguesa.....	60
Carta a Carlos Malheiro Dias.....	85
Notas	91
Cronologia	93
Bibliografia	104
Antologia	110

*À memória de Fernando Malheiro Dias,
tão devotado à obra de seu avô.*

PERCURSO DE CARLOS MALHEIRO DIAS

Carlos Malheiro Dias quase que o conheci antes de saber ler. Se alguma coisa lia então, eram as aventuras de Salgari, escritas para quem só as vivia pela imaginação. Naquele tempo, conheci o nosso escritor em páginas que ouvi ler a meu pai e não mais esqueci. Que páginas eram essas, que tanto e tão perduravelmente me impressionaram? Eram as que descreviam, com a emoção de um testemunha que dir-se-ia presencial, o naufrágio do paquete *Titanic*. Nesses serões em que a televisão ainda não viera usurpar o gosto de conversar e de ler, quando ouvia as páginas emotivas de Carlos Malheiro Dias eu naturalmente só apreendia o que elas tinham de movimentado e dramático, como se um Salgari de maior qualidade literária as houvesse escrito. Mais tarde, lendo-as eu próprio, e relendo-as, é que pude aperceber-me de outros méritos delas. O patético lá continuava, mas, com ele, a eloquência de um escritor que participava intensamente de tudo quanto escrevia, e a filosofia de alguém que podemos

qualificar de moralista, por em todas as coisas ver o seu lado exemplar. A partir de um evento que comovera o Mundo, Carlos Malheiro Dias, aí se distinguindo do simples repórter, a partir desse evento faz reflexões que excedem o quadro e têm validade permanente. O orgulho humano, que, segundo o escritor, explicava a catástrofe do *Titanic*, explicaria também os naufrágios a que estão sujeitos os povos nas mãos de políticos iluminados, que crêem poder inflectir o curso da História e iniciar uma nova era.

Vi então Carlos Malheiro Dias como um escritor de ideias, fosse qual fosse a faceta do polígrafo — o ficcionista com uma filosofia do homem, o cronista com uma filosofia da sociedade, o jornalista com uma filosofia da História, o ensaísta com uma filosofia da pátria. E por não ser um puro narrador ou um puro literato é que se entende a trajectória de um carreira literária que, começando pela ficção onde alcançaria renome, seguiria logo pelos caminhos menos remunerados de uma literatura mais empenhada.

Pensando hoje no meu precoce conhecimento — conhecimento, é certo, de outiva — de Carlos Malheiro Dias, revelado naquelas páginas frementes sobre o naufrágio do *Titanic* com que termina a *Zona de Tufões* e dir-se-iam deslocadas numa crónica política — mas são, na verdade, o seu epílogo exemplar —, pensando nisso, pareceu-me descobrir um como que secreto desígnio. A sombra de Carlos

Malheiro Dias havia de seguir-me toda a vida, de tal modo que se impunha um dia interrogá-la para perceber o drama de uma vida e de uma obra. E, para conhecê-lo, não me bastou a leitura dos seus livros, ainda os menores e menos conhecidos. Quis a fortuna que eu tivesse acesso ao espólio do escritor, posto liberalmente à minha disposição antes de ser acautelado. Reuni então peças separadas, comprovei indícios, li nas entrelinhas, até que se me desenhou o rosto de Carlos Malheiro Dias — um rosto de gentil-homem de fundos olhos melancólicos ardendo de inteligência e de febre, condenado a não cumprir tantas expectativas postas no seu talento.

Quando tudo se esperava do romancista, ele envereda pelo jornalismo militante, onde aliás não falta quem veja o melhor Malheiro Dias. Deixando o presente medíocre pelo passado glorioso, vemo-lo a coordenar a *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, revelando aí, segundo vozes autorizadas, uma autêntica vocação de historiador, mas um historiador de grande talento literário. Se regressa ao presente, ergue-se como uma bandeira batida pelo vento da indignação, orador eloquente e polemista de incontroversa autoridade moral.

Tudo — romance, teatro, crónica, jornalismo, historiografia, oratória —, tudo ele pôs ao serviço de um temperamento romântico, vibrando com todas as paixões, singulares e colectivas. Carlos Malheiro Dias foi também vítima desse «terror da História» que Mircea Eliade denunciou, e por causa dele viu-se

forçado a exilar-se para, longe mas não divorciado da pátria, prosseguir, com dignidade e independência, o seu combate e a sua acção cultural. Entendia ele que um escritor não deve limitar o seu papel ao de espectador da comédia nacional e da comédia humana porque lhe cumpre ser também actor. Solidário de um destino colectivo, o escritor não pode recusar o seu testemunho, ainda que tenha de renunciar ao epicurismo dos jogos literários, a que se dão os literatos que não pensam senão neles, na sua pequena pessoa e na sua desmedida vaidade.

Como escritor de ideias, a Malheiro Dias não era indiferente a sorte da pátria, e por ela e por elas sacrificou tudo — uma obra romanesca que prometia grandes triunfos, um viver tranquilo e bem remunerado, se fosse menos inflexível ou mais interesseiro. Atento à nossa história contemporânea, as invasões francesas, as guerras liberais, o constitucionalismo monárquico tiveram nele o romancista por excelência. Malheiro Dias fez na ficção o que Oliveira Martins fizera na história — um quadro de cores sombrias onde sentimos o clima da época e o drama das personagens. É um drama, um grande drama, aquele que Oliveira Martins e Malheiro Dias, ambos artistas admiráveis, põem no palco, com a paixão de quem fala de acontecimentos ainda próximos e de figuras ainda polémicas. Os homens parecem aí arrastados pelo *fatum* e o país corre para a sua perdição, como nas tragédias em

que uma atmosfera tensa e intensa torna previsível o inevitável desfecho infeliz.

Quando Carlos Malheiro Dias deixou o século XIX e entrou no século XX, não foi já como romancista, mas como cronista que ele testemunhou o que os seus olhos viam e chocava o seu espírito. Com a sua imaginação, a sua eloquência, a sua indignação, ele vai observando e projectando num pobre palco provinciano as sombras de uma grande tragédia. De uma revolução local tira lições de valor universal, enquanto um político beirão assume a seus olhos a estatura sinistra de Robespierre e um clima lisboeta de ameaça e pânico bombista lhe evoca, em violentas manchas de sangue, a atmosfera mesma do Terror.

Desiludido do País, a curto prazo descrente da sua regeneração moral (regeneração em que, no seu tempo, chegara a acreditar Oliveira Martins e em que puseram também as suas complacências António Sérgio e Afonso Lopes Vieira, os «homens livres» uma hora reunidos num belo sonho impossível), desiludido e descrente, fixa-se Malheiro Dias no Brasil, para, como Bernanos mais tarde, *cuver sa honte*. Fixa-se no Brasil, não para enriquecer, como esses gordos e prósperos «brasileiros» em que se exerceu e excedeu a sátira camiliana, mas para, na outra margem do Atlântico, ser uma espécie de embaixador cultural e o porta-voz da colónia portuguesa, em ocasiões solenes ou de emoção nacional tomando a palavra em louvor de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, do Presidente António

José de Almeida e do Cardeal Cerejeira. Se umas vezes saudava o rasgo e o talento ou quem exercia uma alta magistratura política ou espiritual, outras vezes era o camarada mais velho que saudava o camarada mais novo, António Ferro.

Se vinha a Portugal, não era para descansar ou para se rever no tesouro acumulado, mas para prosseguir o seu combate a prol do comum, com as armas de um intelectual que utiliza a razão sem se desprender do sentimento. É a hora inquieta em que, depois de um vigília nocturna de armas, solta o seu brado de alerta, o seu apelo ou «exortação à mocidade», quando, como um rápido crepúsculo, um cepticismo precoce descera sobre a juventude. Impedido de falar à ante moça, de olhá-la nos olhos, não deixou Carlos Malheiro Dias que se afogasse na garganta o seu grito ou o seu protesto: transmitiu o texto que preparara às árvores e às aves da mata do Buçaco, como um Santo António pregando aos peixes.

Essa *Exortação à Mocidade*, com as reacções que provocou — apupos não menos veementos que os aplausos —, marca a viragem definitiva no itinerário ideológico de Carlos Malheiro Dias, para quem a literatura de ficção fora a expressão primeira de um realismo que repudiava agora. Na sua paixão pelas ideias, chega a lamentar aqueles autores que sabem escrever mas nunca aprenderam a pensar... Quando, nos anos 30, publica *Pensadores Brasileiros* — uma antologia precedida da apresentação de cada autor

—, mostra, uma vez mais, a sua opção pela literatura de ideias. Naquela década, começaram a revelar-se escritores que depois tiveram renome, escritores de forte sabor nativista que desvendavam uma realidade desconhecida do europeu: a do Nordeste. Esses escritores chamavam-se José Américo de Almeida, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado. Não eram porém esses escritores, que davam à literatura brasileira uma expressão peculiar, não eram eles que pareciam interessar Malheiro Dias. Eram os ensaístas, os sociólogos, os antropólogos, os juristas, numa palavra, os escritores de ideias que atraíam sobretudo o antigo romancista. Mesmo que tais autores se chamem Ronald de Carvalho ou Plínio Salgado — autores que pela poesia e a ficção pertencem também à história literária —, o que neles desperta a curiosidade de Malheiro Dias é a expressão ensaística e doutrinária. Os outros antologados são Gilberto Amado, Baptista Pereira, Azevedo Amaral, Gilberto Freire, Tristão de Ataíde. Mais moços, alguns deles, que Carlos Malheiro Dias, a atenção que lhes presta o escritor português é o melhor testemunho de que não se refugiava no passado e acompanhava o debate de ideias do seu tempo. Patriotismo, nacionalismo, ecumenismo, autonomia cultural na fidelidade às origens são temas caros ao espírito de Malheiro Dias. O que não cabia no seu espírito, amplo demais para aceitar o que fosse estreito, era um nacionalismo agressivo ou um chauvinismo intolerante, que em nome de uma

filosofia da inimizade ou de uma singularidade nativista, fechasse as fronteiras ao estrangeiro, ainda que esse estrangeiro tivesse a mesma raiz e falasse o mesmo idioma. Seriam irmãos inimigos, injuriando a memória da mãe que lhes dera o ser.

A esta luz se há-de entender a acção luso-brasileira de Carlos Malheiro Dias, o seu empenho em instituições e iniciativas que eram como uma ponte entre os dois países, fosse o Gabinete Português de Leitura, fosse a *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Era sempre o mundo da língua portuguesa, uma como herança espiritual que o fascinava, na convicção de que as nações nascidas da mesma semente, e caminhando séculos lado a lado, haviam de partilhar, de certa maneira, um destino comum. Mais do que a Europa, de que nos aproximava a geografia, era o Brasil e a África, eram as terras onde se via uma indelével pegada portuguesa que a História nos apontava como amigos e aliados preferenciais. Também a esta luz se entende a *Carta aos Estudantes Portugueses* que o polemista experimentado no vivo debate à volta do «Desejado» escreve para castigar do mesmo passo os brasileiros que repudiam a herança portuguesa, chamem-se eles Júlio Ribeiro ou Alberto Torres, e os portugueses (Homem Cristo, Guedes de Oliveira) que não reconhecem o direito à diferença. Contra nativistas do lado de lá e fundibulários do lado de cá, ergue Malheiro Dias a sua voz autorizada para dar a

Portugal o que é de Portugal e ao Brasil o que é do Brasil.

Por credenciais que lhe vinham do sangue e do espírito, Carlos Malheiro Dias acreditava-se como embaixador de Portugal no Brasil e embaixador do Brasil em Portugal. Diplomata, não de carreira mas de vocação, toda a sua actividade foi no sentido de aproximação dos dois povos, sobretudo no campo cultural. E quando a tarde já vinha descendo sobre uma vida sofrida e trabalhosa, eis que Malheiro Dias é nomeado embaixador, não no Rio mas em Madrid. Era o ano de 1935, nas vésperas de um desastre de expressão goyesca. Não tomou já posse o nosso inesperado embaixador em Madrid, porque à tarde se seguiu entretanto o crepúsculo, um longo crepúsculo, antes da noite sem fim.

Podemos imaginar, no domínio do futurível, o que aconteceria se Malheiro Dias tivesse tomado posse do cargo. Ser-lhe-ia dado testemunhar o auge da crise que precipitou o país vizinho no abismo, espanhóis contra espanhóis, irmãos contra irmãos, a casa contra si mesma dividida. As grandes paixões humanas e as grandes convulsões colectivas, que sempre comoveram Carlos Malheiro Dias, assumiram na guerra civil espanhola expressões tão demenciais que não deixariam indiferente o autor da *Zona de Tufões*. Ainda que não ressuscitasse milagrosamente o romancista para narrar, como na hora solar da *Paixão de Maria do Céu*, a aventura dramática de um homem e uma mulher amando-se

em clima de ódio, condenado o seu amor ao fracasso pelas paixões políticas, ainda que não lêssemos um romance onde o sentimento nada pode contra o ressentimento, quem sabe se não nos seria dado um livro cortado na carne viva da História, quando a Morte condena ao desespero a própria Esperança. Imaginemos um momento o embaixador Malheiro Dias, cumprindo instruções do seu Governo, a abandonar Madrid para se fixar na «zona nacional», Salamanca, Burgos. E em Madrid, Salamanca, Burgos, em qualquer parte testemunha de agonias e horrores, a besta humana à solta e um que outro episódio legendário mostrando o homem a vencer a besta — o homem que é, às vezes, herói e santo.

Se perdemos essas páginas, ganhou Malheiro Dias em ter sido poupado a uma experiência terrível, ele que tantas e tão amargas experiências viveu. Era, agora, a de um doloroso crepúsculo, abandonada não só a caneta do romancista, mas também a do cronista e do jornalista. Ele, que fora um escritor dotado para todo o género de literatura, ele, que fora um grande orador e conferencista, mais não era do que um homem retirado da cena, como um actor em declínio, voz eloquente já quase emudecida. Do triunfo restavam os desenganos subsequentes às esperanças, o silêncio depois dos aplausos. Do passado, do prestígio de outrora falava a casa lisboeta que lhe fora oferecida pela colónia portuguesa do Brasil, casa em que lentamente se apagava, e falavam principalmente alguns livros

perduráveis — *Os Teles de Albergaria, Paixão de Maria do Céu* — e ainda páginas memoráveis das *Cartas de Lisboa* e da *Zona de Tufões*.

No Outono de 1941, podia dizer como Camilo que era «o cadáver representante de um nome que teve alguma reputação gloriosa em 40 anos de trabalho». Quando a morte enfim chegou, a morte corporal, ela já não levava senão o despojo de um homem. Carlos Malheiro Dias havia morrido para o mundo e para a literatura cinco ou seis anos antes, quando, em 1935, e num último reconhecimento público, fora designado embaixador. Mas seria um embaixador sem embaixada, como fora um romancista sem continuidade.

Morreu o homem quando já morrera o escritor. Possa este pequeno livro contribuir para tirar do purgatório quem o não merece.

DA HISTÓRIA À FICÇÃO

Começou cedo e começou mal a carreira literária de Carlos Malheiro Dias. Pouco mais do que adolescente, ei-lo já a escrever, e até a publicar, um romance, nada menos do que um romance histórico situado na Antiguidade. *Cenários* se chama a primeira tentativa literária do autor (1894), que lhe deu o subtítulo de *Fantasia sobre a História Antiga*. Se a citamos, é para lembrar a precocidade de um escritor, ainda em verdes anos já interessado por temas históricos. Se citamos esse título, que o próprio autor repudiou não o mencionando sequer na sua tábua bibliográfica, é para mostrar como Malheiro Dias, com esse prematuro atrevimento, cedo respondeu ao apelo invencível da literatura e cedo descobriu, depois dos primeiros passos em falso, o seu próprio caminho.

O segundo livro de ficção de Carlos Malheiro Dias — *A Mulata* (1896) —, se é ainda um romance prematuro, já define melhor a fisionomia do escritor. Da Antiguidade viaja ele para a contemporaneidade, não recuando diante de um tema polémico e até

escandaloso, tratado a uma luz cruamente naturalista. Zola era ainda um deus com muitos adeptos recrutados, tantos deles, entre os jovens idealistas românticos, leitores de Lamartine e de Musset, filhos do século que se rebelavam contra ele e contra a geração dos pais. Conseguiram harmonizar o materialismo de Zola e o espiritualismo de Bourget, dois autores que a filosofia separava e a fisiologia aproximava. O que esses rapazes da geração de Malheiro Dias contestavam era a arte pela arte, era uma literatura tão-só literária, refinadamente esteticista mas divorciada da vida. O exemplo dos grandes russos, Dostoievski e Tolstoi, aí estava a apontar aos jovens literatos os caminhos de uma literatura social, empenhada na renovação do homem e na revolução da sociedade. Quantas vezes, porém, escritores atingidos de cientismo procuravam não a libertação do homem mas se compraziam na sua escravidão, vítima das leis da hereditariedade e enriquecendo mais a «patologia social» do que a galeria das grandes personagens da literatura.

Repudiado também pelo autor, que mais tarde falaria dessa escola realista «cujos miasmas deletérios ainda, por um instante, contaminaram a [sua] juventude literária»¹, o romance *A Mulata* não tem hoje outro interesse que não seja biográfico e sociológico. Escrito «em quinze dias de febre» (há sempre, ainda que involuntária e não expressa, uma alusão ao *Amor de Perdição*, nascido da mesma rapidez e do mesmo estado febril), o livro tem os

defeitos dessa pressa e desse delírio, além dos da juventude do autor. O prefácio é quase um manifesto ou quase um panfleto, em que Malheiro Dias exorta a mocidade brasileira (mais tarde, fará ele uma exortação à mocidade portuguesa) para que abandone o cepticismo e os amores malsãos que envenenam o sangue e debilitam a vontade. Só com saúde e com fé pode a nova geração dar à pátria, tão carecida dele, novo alento. Acreditava Malheiro Dias na função ética da literatura, e por isso castiga os puros estetas, os vanguardistas literários, os que ele e outros chamam «nefelibatas». Romance de costumes, *A Mulata* interessa ainda como pintura, não raro virulenta, dos meios jornalísticos e literários cariocas de finais de Oitocentos. De uma literatura «que nada quer dizer», «que nada exprime», «que nada, absolutamente nada, pretende manifestar», aparta alguns nomes que, pelo contrário, exprimem alguma coisa em seus escritos. São eles Machado de Assis, obviamente, e Coelho Neto, Aluísio de Azevedo, Olavo Bilac, entre outros. O mesmo Bilac que, com Luís Murat, outro dos contemplados, foi dos maiores adversários do autor d'*A Mulata*, que teve de abandonar o Brasil por lhe ser irrespirável o clima de hostilidade ali criado pelo romance. Quem diria que havia de regressar, na plenitude dos anos e do talento, e se lhe abriam então todas as portas?

Naquele Rio de Janeiro finissecular, deixava Malheiro Dias, com as primeiras tentativas romanescas, as primeiras amizades literárias (como a

de Coelho Neto, na companhia de quem visitara o «bruxo» do Cosme Velho, o patriarca Machado de Assis) e ainda um exemplo de pertinácia que só a doença, diminuindo-o na capacidade de trabalho, lhe faria perder. Essa pertinácia, evoca-a João Luso, que o conheceu naquela época. Lembra este escritor também luso-brasileiro como, a uma luz frouxa, o moço Carlos Dias — assim o trata — escrevia obstinadamente, possesso do demónio literário e da necessidade imperiosa de afirmação.

Romance desordenado como a paixão mesma de Edmundo, o «filho do século», e Honorina, a mulata do título, respira-se nele um perfume de «flores do mal», há nele uma atmosfera decadentista de boémia e morte. O que diz parece ao autor, que castiga os estetas, mais importante do que como diz. A lição de Eça de Queirós, tão acusada na prosa de Carlos Malheiro Dias, a surpreendemos algumas vezes lá quando a ofegante narrativa se detém numa suave contemplação: «Amanhecera um dia azul, com um sol brando de Junho. Um grande silêncio invadia a rua batida de um sol morno. [...] Para os lados da Tijuco, uma bruma leve, como um véu de noivado, escondia ainda os cumes dos serros.» Um exemplo, um só, de prosa leve em livro pesado.

Uma história igualmente contemporânea e igualmente «realista» é a que lemos em *Filho das Ervas* (1900), o primeiro dos seus romances de que Carlos Malheiro Dias assume a responsabilidade plena (figurando nas obras do autor), ao contrário do

que fez o protagonista do livro, Manuel, que abandona à sua sorte o filho nascido de um amor «pecaminoso» (não luxurioso, como o de *A Mulata*), amor sacrificado a prosápias de família que não toleravam sangue nobre misturado a sangue plebeu.

Se não é original o tema nem tratado com originalidade, pessoal não é também a escrita de um autor que se procurava a si próprio. Publicado no ano da morte de Eça, este romance trai, como nenhum outro, o que se chama o «queirosianismo» de Malheiro Dias. Queirosianismo no tratamento de um tema moderno, com sombrias cores sociais, queirosianismo sobretudo de uma prosa macia temperando a narrativa agreste, em que a adjectivação adquire um singular e feliz relevo, e lentas descrições que são como uma pausa na história opressiva. Veja-se esta animada imagem do Tejo — do Tejo daquele tempo, grande porto de uma era ainda marítima —, com «a chegada dos transatlânticos, o contínuo vaivém dos vapores e navios, soltando aos ventos as cabeleiras negras da fumaça ou distendendo e armando os brancos dorsos dos velames».

Um pouco adiante, a propósito da infeliz amante de Manuel, Ana, que a recente maternidade fizera mais bela, fala o autor da «agonia purificadora do parto». E atente-se na felicidade da metáfora, quando o grácil gesto de Ana fazendo a sua *toilette* lembra «uma ave ao levantar o voo». O clima de presságio que pesa sobre o livro está, por exemplo, nesta frase:

«[...] toda a sua vida futura nascendo com uma triste árvore de cemitério sobre uma felicidade morta para sempre». Descrevendo certa manhã de neblina, que como uma cortina ocultava a Outra Banda, — neblina que o sol tudo fazia por correr —, o escritor compara a tentativa dos raios solares a «uma aranha de oiro caminhando por uma teia».

O queirosianismo de Malheiro Dias, queirosianismo estilístico, denuncia-se a cada passo. Aqui, é Manuel «fumando um eterno cigarro, espreguiçando-se num contínuo bocejo», ali, o belo olhar de Ana, «vasto e claro com um céu em que fosse sempre meio-dia», mais além, a mesma Ana chorando «longamente, lentamente, com lágrimas fatigadas que lhe desciam a face num grande vagar».

Mas, se esta é a fisionomia queirosiana de Malheiro Dias — a fisionomia estética —, já a fisionomia ética é mais camiliana. Poderia até falar-se de camilianismo de um escritor queirosiano, tanto a sensibilidade romântica de Malheiro Dias se aproxima de Camilo na consideração da mulher como um ser votado à desgraça, expiando pela dor o amor. E essa mulher, nascida em berço humilde, como Ana, ou em berço de oiro, como Maria do Céu, é sempre perseguida por um mau fado, uma penitente e uma mártir. O gosto ou o «instinto da História», como lhe chama António Sardinha, que a obra de Camilo documenta, encontramos-lo ainda em Malheiro Dias, que depois da *Roma Antiga de Cenários*, percorre com maior fortuna o século XIX,

de que ele e nós todos literariamente descendemos. *A Mulata*, são figuras e episódios da República brasileira de que nos chegam alguns nomes e alguns ecos.

Em *Filho das Ervas*, a História é, porém, esquecida, ocupada toda a cena com um episódio doméstico: os amores infelizes de Ana e Manuel, um momento unidos pela paixão, para sempre separados por preconceitos de casta. Manuel deixa-se dominar pela mãe, que tudo pode e manda, e abandona à sua sorte a mãe do filho e o próprio filho. «Desde que não podia elevá-la até esposa, tendo a mansa criatura a sua mácula, ele o seu preconceito, preciso se tornava estancar aquela fonte de amor» — assim resume o autor o conflito. «Cada um — sentenciosa mãe de Manuel — deve casar no seu meio com mulher sua igual. Só de uma igualdade de condição pode resultar uma igualdade de afeição...» Eis a filosofia que inspira o *Filho das Ervas* e à luz da qual se hão-de entender as aventuras e desventuras de Ana e Manuel. «No fundo dos grandes afectos há sempre um grande egoísmo ou uma grande conveniência» — monologa Manuel, que no íntimo se envergonha de «ter de sacrificar a mãe de seu filho à sua própria mãe», e inveja o amigo Queirós, que, sem dar satisfações a ninguém, ousa viver, sadio e feliz, com Maria da Graça: «Havia muito que o Queirós o dominava pela sua superioridade moral, modelo para que convergiam as suas aspirações, seduzido por essa força de coerência e de justiça que

ele nunca poderia igualar, degradado pela ideia egoísta de casta, enclausurado no seu preconceito de raça, com todos os defeitos de uma educação frívola, orgulhosa e vã de pretendente, com uma bondade apreendida nos romances e uma ciência hirta de jurista arrepanhada em Coimbra por vaidade.»

Manuel, esse é um fraco que «qualquer emoção abalava e em que uma educação feminil não pudera ainda fazer nascer a decisão de um homem.» Não, não se podia permitir, como adverte a sensatez da mãe, que fizesse «de um simples episódio de mocidade, estouvadamente, a causa de uma desgraça sem remédio». Não, ele não se podia permitir passar a vida «a olhar uma tísica a embalar um aborto».

O conflito entre as vagas aspirações e as vagas revoltas de Manuel e a sua natureza mimada de abúlico é que dá a este romance a sua finura psicológica: sem ela e sem o toque algo queirosiano do estilo seria mais um entre muitos livros que já não recordamos, um livro melodramático por esse caso digno de lástima da pobre moça seduzida e abandonada e pelo rasgo panfletário contra as desigualdades sociais.

Depois de um romance esquecido, *Cenários*, depois de um romance a esquecer, *A Mulata*, depois de um romance de transição, *Filho das Ervas*, Carlos Malheiro Dias atinge a sua maioridade de ficcionista com *Os Teles de Albergaria* e *Paixão de Maria do Céu*, publicados a curta distância um do outro.

Como num fresco do século XIX português, marcado pela esperança e o desengano da experiência liberal que pretendia substituir a «sociedade miguelista de padres, morgados e beatas», n’*Os Teles de Albergaria* desfilam 60 anos de vida portuguesa — das guerras liberais ao 31 de Janeiro. Seis décadas de vida portuguesa protagonizada por uma família tradicional — a dos Teles de Albergaria —, família que abraça a causa do liberalismo, a que tudo sacrifica, a esperança, a fazenda, a mesma vida. «O liberalismo abortara. Era pois necessário recomeçar a aventura liberal» — reconhece uma personagem. São pois o que alguém chamou «as desilusões da liberdade» a matéria deste livro, uma como réplica romanesca do *Portugal Contemporâneo* de Oliveira Martins. O pessimismo do historiador, que via o país à deriva — revoltas populares, intencionas militares, tentativas ditatoriais — e temia um naufrágio colectivo, ressurgiu no ficcionista Malheiro Dias (e veremos que também no cronista) pela boca do protagonista João de Albergaria, que, perante o espectáculo de uma «democracia de analfabetos», visiona uma aristocracia de homens de cultura capaz de regenerar a pátria. «Os chefes! Onde estão os chefes?» — interroga-se o pensativo João de Albergaria. «Qual era o pensamento que conseguira desagregar dos quartéis aquele bando homicida de homens em armas? Que ideia vai entre aqueles batalhões, guia por entre a névoa aqueles sublevados? Que vão melhorar com os seus

clamores, entre o delírio bestial e torvo da canalha? Qual o seu amanhã? Que vão eles construir — os soldados e o povo, o calcete e a caserna — sobre os escombros sanguinosos da revolta? E qual foi, qual foi o taciturno cérebro que meditou no silêncio o largo plano regenerador dessa república, que os soldados vão aclamar pela madrugada, à ponta das baionetas, numa cidade ainda adormecida?»

João de Albergaria era filho de um combatente da Liberdade, à qual sacrificara a mocidade e a vida. Cresceu no luto e na reflexão João de Albergaria, cada vez mais firme na convicção de que não era no campo das armas mas no campo das ideias que se havia de travar o combate em prol da regeneração social. Malcasado com uma mulher «ríspida e devota», com um filho perdido para o seu afecto por uma educação doentia e outro filho, esse dilecto mas distante para o mesmo afecto, não restava ao melancólico João de Albergaria mais que «um sonho longínquo» e o projecto de uma obra sempre adiada. Fechado, quase sempre fechado na sua livraria, é o tipo acabado do idealista, sonhando onde se fazia mister realizar. O que escreve e nunca publica — obras de vasta respiração, no domínio do direito e da educação (Mouzinho da Silveira não realizara por via legislativa uma revolução mais profunda que a das espadas dos militares?) —, o que escreve acaba por sair da gaveta, de um modo inesperado. Aquelas folhas, fruto de tanto estudo e de tão elaborada reflexão, acabam na rua, lançadas pelas mãos

desatinadas do autor, como confeitos sobre um triste cortejo carnavalesco de tropa e população. Desenlace amargo de uma vida fracassada, a que só a tardia esperança de um neto salvava do desespero final: «Entre o pai morto na guerra e o neto que ia nascer, a sua longa existência desaparecia, como uma ponte erguida sobre um rio de lágrimas, só para que uma nova geração passasse ao seu destino.»

Acreditando na inutilidade da acção política e na fecundidade da reflexão filosófica, João de Albergaria, antes daquele gesto final de irrisão — os seus papéis despejados sobre a multidão, como a inculcar que tudo é vaidade —, tem a visão de «uma cidade de ideias» — uma cidade edificada pelos homens para uma vida ainda humana. Nessa cidade, a família era a célula da sociedade, o Estado pessoa de bem, o capital e o trabalho aliados no progresso e bem-estar social: «Quando os mesmos sistemas [de colaboração que, no mundo rural, há entre o caseiro e o proprietário] penetrassem as indústrias e o capital respeitasse no seu justo valor o trabalho do homem, um passo imenso se teria dado no sentido da liberdade e da felicidade humanas, e o próprio vício social do capitalismo se tornaria, à mão dos miseráveis, no regulador benéfico da justiça...»

A consciência social de Malheiro Dias (lembramos que chegou a anunciar um romance de tema «proletário», *A Fábrica*, quem sabe se precursor do neo-realismo...), essa consciência não o abandonava nunca, e *Os Teles de Albergaria* são disso um claro

exemplo. O destino dos homens e o destino da pátria eram uma sua preocupação constante. Não admira pois que na ficção e no jornalismo o vejamos todo absorvido pela história e a crónica política, que para ele, mais do que uma necessidade, era uma vocação a que nunca se negou.

Coevo d'*A Ilustre Casa de Ramires*, o romance de Carlos Malheiro Dias é também, ainda que mais sombria, a história de uma família estreitamente ligada à história portuguesa. E, no coração mesmo da decadência e do desgosto pelos males nacionais, uma como complacência por esta terra amável e este povo doce que se exprime numa comovida solidariedade e traz à memória o final do romance queirosiano e a «mansa colmeia» do poema de Torga: «Boa gente — pensava João de Albergaria — tão quieta e tão sóbria, tão ingénuo e tão paciente, e que só esperava talvez pela voz arrebatadora de um chefe para reproduzir os feitos antigos, revolver a face da terra, escrever com sangue e suor uma nova história de maravilhas! Com que direito acusá-la de uma ociosidade forçada? Não estava ela dando todos os dias o exemplo do seu esforço, partindo para o trabalho, através dos mesmos mares que havia quatro séculos atravessara para as descobertas?»

O velho sonho de África que voltava então (1890) a agitar o sono português, como se a esperança se sentisse pisada por um brutal ultimato, esse velho sonho conseguira despertar um povo adormecido: «Todo o país se aquietara, passada a longa crise de

exaspero que o estremeceira durante um ano inteiro. Já por entre a indecisão dos governos e a resignada expectativa do povo, o plano futuro se ia desenhando como um novo destino. A África saíra enfim da sombra. A cobiça alheia trouxera isso de bom: desvendara o tesouro aos espoliados.»

Romance do liberalismo e de uma dolorosa decepção política, *Os Teles de Albergaria* são um livro queirosiano nas lentas descrições saborosas — paisagem, interiores, festas, o que chamaríamos a moldura do quadro político —, em certas expressões («uma pálida luz de tristeza») que, embora de modo mais atenuado que em *Filho das Ervas*, recordam a lição do mestre. E também queirosiano no relevo de personagens secundárias, a fanática e frígida D. Margarida, a mulher inimiga de João de Albergaria, a mãe possessiva do Luisinho, que, sob uma aparência anémica, esconde uma natureza selvagem, e a criada Ana, a alcoviteira «Gangrena», sinistra como a Juliana d'O *Primo Basílio*. Momento alto do romance, o diálogo, dramático diálogo entre o fidalgo, João de Albergaria, e o caseiro José, ferido na sua honra de pai pelo dissimulado Luisinho, de cumplicidade com a «Gangrena».

Paixão de Maria do Céu é a história de um «amor de perdição», em que o romantismo de Camilo se casa com a vocação espectacular de Eça. Maria do Céu é vítima de uma paixão infeliz, uma figura que parece arrancada ao retábulo camiliano, tal a delicadeza dos seus traços, tal a empatia do autor

pela sua criatura, tal a violência com que a má fortuna, como um vento desabrido ou uma grande enxurrada, arrasta mulher tão frágil que dir-se-ia uma flor ou uma folha. Ramo delicado de um tronco viril e belicoso — os Sepúlvedas — Maria do Céu parecia reunir toda a graça e toda a delicadeza femininas. Órfã de mãe, o pai, a ama, criadas e criados, todos a rodearam de todo o mimo. Cresceu ela entre o carinho e a abundância do solar trasmontano da família, e a vida tranquila só era sobressaltada por algum sarau, alguma festa de aniversário, algum passeio ao pé da porta. Menina já casadoira, um vago romance parecia esboçar-se entre ela e um cadete, amigo de infância e filho de um morgado das relações de Sepúlveda. Tudo fazia prever um casamento feliz, ou pelo menos razoável, se a tirania da História não viesse interpor-se entre aquelas vidas sem história.

Se no solar do Corgo a vida corria sem sobressaltos, já o mesmo não se podia dizer da vida portuguesa (Lisboa ficava longe...) e da vida europeia. Como um flagelo de Deus, Napoleão soltara sobre a Europa, do Atlântico aos Urais, os cavalos do Apocalipse. E a magra nação periférica não escapou ao voraz apetite napoleónico. Devorando Portugal, Napoleão saciava a sua fome insaciável, mas furtava-o do mesmo passo à fome inglesa. Quando a grande sombra da águia napoleónica escureceu também o céu português, acordou o génio belicoso de Sepúlveda. Não

pensava ele agora senão em conspirar, em armar do seu bolso homens, em atacar o inimigo opondo os trunfos da surpresa e do conhecimento do terreno ao seu poderio e à sua fama. A um exército extenuado de recontros, marchas forçadas, mau tempo e maus caminhos, poder-se-ia opor uma guerrilha resoluta e fresca, que surgiria em qualquer momento e em qualquer lugar — no alto de uma serra, na garganta de um desfiladeiro, no labirinto de qualquer mata, na esquina de qualquer rua. Mas a voz de Sepúlveda era um voz isolada, uma voz que se levantava e perdia no deserto. Às suas razões de patriota, respondia a razão de Estado. E a política oficial era a de a Corte partir para o Brasil, ao abrigo dos exércitos napoleónicos. O «rei» Junot chegou a Lisboa para preencher o vazio de poder e instalar, sobre o caos, a sua ordem. Submetida a mão forte a capital, ai de quem fosse suspeito ou conspirasse contra o invasor! A prisão ou o fuzilamento esperava os que ousassem desafiar o poderio gaulês.

Sepúlveda não ficou quieto no seu canto, porque não lho consentia o ânimo combativo. Decide ir a Lisboa, levando consigo Maria do Céu. Perto do fogo é que a gente se pode aquecer — ou queimar. Em má hora o fez. Nem os seus argumentos e os seus planos convenceram ninguém, nem a filha, melindrosa flor de estufa, havia de resistir a clima tão diferente do da província, e tão deletério. Fascinada pela capital, de todo alheia ao drama daquela hora, logo esqueceu o cadete que lá ficara na terra, no dia,

fatal dia em que uns olhos muito azuis fixaram os seus olhos muito negros. Eram aqueles olhos azuis — ciladas que a História tece! — do coronel francês De Marmont, que, habituado à conquista, logo cobiçou a rendida portuguesa, talvez para exhibi-la entre os camaradas, como um troféu de guerra. E ela, esquecida de tudo, do orgulho paterno e do brio nacional, e indiferente ao amor calado de Joaquim Teles Lobo, militar desassombrado mas tímido diante de uma mulher, ela não ouvia, não via, não queria senão o oficial francês. Era a fascinação dos olhos azuis, da beleza pagã, da farda e do garbo militar, do que no homem é sobretudo exterior, mas era também a atracção do fruto proibido, a sedução que exerce o vencedor e o audacioso, o desejo de evadir-se de uma baça vida provinciana para gozar em Paris a festa e o fausto.

Não sem um íntimo e último conflito, lá vai Maria do Céu encandeada pelo seu fatal De Marmont. O qual, como uma ave de rapina, abandona os despojos da sua presa, cansado dela, saciado dela. Desprezada como uma flor colhida e murcha no pó da rua, aí a encontra e levanta, como cavalheiro que é, Joaquim Teles Lobo que, desenganado embora no seu amor — Maria do Céu só ama aquele funesto francês, e mesmo depois de ele morto será mulher de um só homem —, lhe fornece os meios para regressar a Portugal.

Quando na manhã seguinte à sua chegada ao solar do pai — que a recebeu, podendo mais a piedade que

a indignação — Maria do Céu pede à ama, a boa Genoveva, que lhe abra a janela para ver o sol e a paisagem familiar, já não vê a luz que é como um convite à alegria e como um sintoma de saúde. De tanto sofrer e de tanto chorar, os olhos de Maria do Céu haviam-se apagado. No momento em que regressa a Portugal, Portugal como que se nega aos seus olhos, que nunca mais o poderão ver. Era o castigo de o haver traído, de ter pactuado com o inimigo...

Eis, a traços largos, a história romanticamente oitocentista, que seria quase melodramática se contada por mão inábil. Mas a mão de Malheiro Dias tem o dom de transfigurar o que parece banal, pela finura psicológica e a qualidade literária. A figura de Maria do Céu tem a graça melancólica de uma daquelas *madonnine* renascentistas, «anjo» caído e resgatado pelo sofrimento, em tudo e por tudo uma criatura do universo camiliano. As páginas que narram a partida da família real para o Brasil não são apenas das melhores da *Paixão de Maria do Céu* — são das mais perfeitas de Malheiro Dias e das mais dramáticas da literatura portuguesa. É um grande fresco de emoção colectiva, nessa hora pânica em que os povos se sentem à beira da catástrofe. São como páginas de Raul Brandão, se Raul Brandão fosse mais «realista» e mais eloquente.

Tido e havido por contemporâneos e historiadores da nossa literatura como o herdeiro de

Eça de Queirós, grande foi por isso a decepção e não menor o lamento quando, iludindo todas as expectativas, Carlos Malheiro Dias abandonou inesperadamente o campo da ficção. Iniciada cedo (deixemos de parte *Cenários*) com *A Mulata* (que é sobretudo um documento «sociológico»), cedo terminaria a carreira de ficcionista com a colectânea de contos *A Vencida* (1907). Inédito ficaria, anunciado porém como já no prelo e, na verdade, parcialmente impresso, outro romance — *Amor de Mulher* —, só em 1987 publicado e que, embora incompleto, denuncia o dedo do ficcionista e nos leva a interrogarmo-nos sobre a, chamemos-lhe assim, «deserção» de Carlos Malheiro Dias como autor de ficção. Uma obra truncada, principalmente quando nela se reconhece uma não vulgar vocação, deixa sempre um ressaibo a fracasso, como diante de um projecto abortado ou daquilo que podia ter sido e não foi.

Para confortar a nossa lamentação, havemos porém de considerar que, desertando da ficção, não desertou das Letras Malheiro Dias, e que essa visão dramática da História e esse rapto de eloquência do romancista os vemos na obra do cronista e do jornalista político, naquele tempo em que não se imaginavam «cenários» nem «analistas» examinavam laboratorialmente a classe política. O interesse, digamos até a paixão do escritor pela História — e, nela, pela nossa História recente, das invasões napoleónicas ao crepúsculo da Monarquia — é que

serve de alicerce à crónica romanceada do século XIX português que ele planeava escrever e lhe dá matéria, alargada agora à I República, quando o cronista toma a caneta abandonada pelo ficcionista.

Terão sido razões de ordem moral — defesa de princípios e homens vencidos pelo regime republicano — que levaram esse monárquico liberal a trocar, num belo gesto quixotesco, a ficção pelo jornalismo, o mesmo jornalismo em que já dera provas, e boas provas, o autor das *Cartas de Lisboa*. Não era, aliás, aí que Fialho de Almeida (em carta ao autor ²) via realizar-se melhor que no romance o talento de Malheiro Dias? E terão sido também razões de ordem económica que determinaram o romancista a uma colaboração mais assídua na Imprensa, quando, exilando-se voluntariamente no Brasil (onde ele, filho de mãe brasileira, vivera na mocidade e ensaiara os primeiros passos literários), ali dirigiu jornais e fundou revistas.

Citado como o romancista com mais títulos para reivindicar a herança de Eça de Queirós, a nós parece-nos que é no plano formal, e só nele, que a Carlos Malheiro Dias assenta a condição de herdeiro. De Eça herdou, principalmente, o gosto da adjectivação, o recurso frequente a hipálages (atribuição de sentimentos humanos a coisas inanimadas), a prosa macia e cálida, nervosa ainda quando se detinha em saborosas descrições. Em artigo de 1897 — escrito, portanto, em vida do mestre e quando não publicara ainda os seus títulos

«queirosianos», *Filho das Ervas*, *Os Teles de Albergaria*, *Paixão de Maria do Céu* —, o nosso autor como que responde antecipadamente aos que, à viva força, o querem na família de Eça. Diz Malheiro Dias que Eça de Queirós é «um ironista em que a forma venceu o sentimento». Poder-se-á afirmar o mesmo do autor da *Paixão de Maria do Céu*, dominado quase sempre por um sentimento patético? Diz ainda, referindo-se aos personagens de Eça, que os tornou «típicos quando os não podia fazer humanos». Valerá esta afirmação para o criador de Ana, de Maria do Céu, de João de Albergaria, do Luisinho, de outros personagens que vemos sobretudo como humanos porque ele os tratou com simpatia ou comiseração? Quando Malheiro Dias escreve que Eça de Queirós era «incapaz de mexer na tragédia» e «nunca desceu entre o povo», será legítimo estender este diagnóstico a quem via a História percorrendo os caminhos do desastre e, embora palaciano, não frequentava somente a aristocracia e a alta burguesia?

Parece pois oportuno indagar aqui da genealogia literária deste «herdeiro» de Eça de Queirós. Sem sair das fronteiras portuguesas, impõe-se-nos o parentesco com Camilo Castelo Branco, de quem Carlos Malheiro Dias se aproxima pela *vis* dramática, a eloquência patética, a compreensão da mulher e, ainda, o que chamaremos o sentido romântico da História. A História é agonia, palco de um grande drama onde representam actores que recitam um papel que não sabem e lhes é soprado por um

estranho ponto cego chamado *Fatum*. Seguindo o seu gosto pessoal, Camilo não copia o figurino romântico de situar as novelas numa Idade Média mitificada: franqueia-as a uma história contemporânea pouco exemplar, àquele período de guerra civil de que foi testemunha e abriu feridas profundas no tecido social. Fiel à sua vocação romântica, consagrou também Malheiro Dias o melhor da sua crónica romanesca (*Os Teles de Albergaria, Paixão de Maria do Céu, Amor de Mulher*) ao nosso século XIX, talado pelas invasões francesas, as guerras civis, as insurreições populares, as divergências monárquicas, a agitação republicana. Pena é que, ao seu painel romanesco, falte uma tábua: aquela que mostraria o cair melancólico do pano sobre a Monarquia e a entrada triunfal em cena da República. A mesma República que vencera, não com o movimento de 1910, mas com o regicídio de 1908, e se veria comprometida — como ideia moral, não como regime — pelo novo magnicídio de 1918. Entre essas duas balizas traçadas a sangue, poderia ter situado Carlos Malheiro Dias a acção de outro seu romance que, a exemplo d'*Os Teles de Albergaria* e da *Paixão de Maria do Céu*, focasse, num cenário de tumulto, o drama individual daqueles que são vítimas das graves crises colectivas. Abandonada a ficção, foi em páginas jornalísticas de extraordinário vigor (*Do Desafio à Debandada, Zona de Tufões, Em Redor de Um Grande Drama, Entre Precipícios*) que o nosso autor deixou o testemunho vivo e vivido de um época que,

mergulhada no caos, chega a desesperar de algum dia ver surgir a ordem.

Se podemos filiar Carlos Malheiro Dias em Camilo, não menos legítimo será aparentá-lo a Oliveira Martins. É a mesma concepção dramática em que o Homem, protagonista e comparsa da História, aparece ao mesmo tempo como agente e paciente de sucessos que não domina já e acabam por destruí-lo, é a mesma natureza de artista que, partindo de acontecimentos reais, os pinta com uma liberdade de cores subjectiva.

E se dos antepassados viermos aos contemporâneos, então é de Raul Brandão que se há-de aproximar Carlos Malheiro Dias — o mesmo Raul Brandão a quem ele dedicou um artigo ³ tão esquecido que nem o minucioso escrúpulo de Guilherme de Castilho o regista na sua exaustiva monografia sobre o autor do *Húmus*. Nesse ignorado artigo de 1903, não hesitava Malheiro Dias em escrever — quando Raul Brandão publicara apenas um livro! — que ele era «*a mais alta e mais intensa organização de escritor que tem a geração nova*». Sublinhasse a afirmação porque o próprio autor a sublinhou, na convicção de que dizia alguma coisa de inaudito e, para a época, de escandaloso. Depois de qualificar de «estranho» o seu talento, «feito de asperezas e violências aparentes, mas na realidade de branduras e ingenuidades delicadas», Carlos Malheiro Dias escreve de Raul Brandão o que dele mesmo se poderia escrever: «ele é ainda um declamador e um

romântico, temperado apenas pela leitura contemporânea». E essa «leitura contemporânea» não era, para eles, a dos mestres do romance francês e a dos mestres do romance russo, com alguma incursão pelo decadentismo de Huysmans e o visionarismo truculento de Bloy? Depois de lamentar a (até aí) escassa produção literária de Raul Brandão, atribui-a Carlos Malheiro Dias, que tanto havia de sacrificar ao jornalismo, à «laboriosa vida de jornalista, tão deprimente para a energia intelectual e tão deletéria para esse viço de inteligência cuja conservação é o mais belo apanágio do homem de letras». Moralista «sombrio» e «violento», dividido «entre a suavidade e o exagero, entre a retórica truculenta e a ingenuidade primitiva», falta a Raul Brandão o que não falta ao romancista da *Paixão de Maria do Céu*, isto é, «unidade» nos seus escritos, que revelam até «desconexão», e vazados numa prosa que parece «um mosaico de incidentes», sem «vestígios de método» nem «aplicação de regras». Jornalista que, por essa mesma condição, se sujava do «pó da estrada» (título de uma secção das suas *Memórias*), Raul Brandão via, contudo, além das aparências, ouvia outras vozes além das que gritam na praça pública. Ao contrário de Carlos Malheiro Dias, cuja visão pessimista o não arrastava porém a uma perspectiva arbitrária, Raul Brandão, já nas *Memórias*, já em *El-Rei Junot*, chega à deformação grotesca, numa interpretação alucinada da realidade em que a tragédia se faz farsa e a farsa tragédia.

Fixando-nos agora em *A Vencida*, parece que o autor, ao despedir-se, ainda que não deliberadamente, da ficção, quis compilar num único livro as várias feições da sua personalidade de ficcionista. Dir-se-á pois que *A Vencida* é, na área da ficção, uma súpula de Carlos Malheiro Dias.

O conto que dá o título à colectânea não deixa de evocar *Paixão de Maria do Céu*, situando-se também naquela época das invasões napoleónicas que traziam nos flancos desgraças colectivas e individuais. Mas, ao invés daquele romance — em que a heroína cede às razões do coração contra o sentimento pátrio, expiando depois o seu «perjúrio» —, a protagonista do conto simula uma cedência que lhe vai permitir um desforço friamente planeado. E só com ela morta, e tão bela ainda, é que a soldadesca pode enfim saciar o seu instinto, num cena bestial de luxúria e necrofilia. Sempre Eros e Thanatos inseparáveis, a Vida e a Morte como as duas faces da mesma moeda.

E é ainda um episódio de guerra e sensualidade, sempre sob a fatal estrela napoleónica, que serve de matéria-prima ao conto «Os Três Galos», quando o «rebotinho de um exército de heróis» — o que restava da orgulhosa *Grande Armée* — foge desordenadamente como animais acossados e, como animais, confinado aos instintos primitivos da sobrevivência e da concupiscência. Em «A Dor faz Medo», conto em forma de diálogo, o narrador cede

o lugar ao homem de teatro que Carlos Malheiro Dias também foi (registemos aqui a peça *Coração de Todos*, estreia do dramaturgo em 1897, *As Inimigas* e a adaptação teatral do romance *O Grande Cagliostro*).

Em «O Hábito», assistimos a um como duelo mudo de ciúmes entre mãe e filha — entre a mulher madura, de sensualidade ainda exigente, e a adolescente no limiar de um inquietante mundo pressentido — e assistimos, ainda, ao íntimo conflito de um médico, dividido entre o desejo e o dever. É o dever que vence também no conto «As Duas Mães», quando a jovem mulher, depois da expectativa e das dores do parto, sonha voltar à festa da vida para aí brilhar com a sua beleza renovada pela maternidade. «A Ilusão» é a história de uma mentira piedosa, enquanto «A Consoada» tem o claro brilho de uma estrela de Natal em noite de angústia. «Um Espiritualista» não passa de um lunático — uma desses seres extravagantes que se evadem da realidade pela porta falsa da utopia. «Primavera» é uma aguarela rústica num quadro a óleo de cenas campestres e de cenas de interior urbano. Como é o caso de «Uma Singular História de Amor» que tem não poucas afinidades com *Amor de Mulher*, romance que só pudemos ler, ainda que truncado, em 1987. São idênticas as personagens — a viúva que mal fora casada, devota e distante em seu luto precoce, e o jovem e impaciente político que um casamento infeliz afastara da mulher, preso e ao mesmo tempo

livre —, idêntico o conflito — um amor proibido, e tanto maior quanto não se consuma.

Publicada em 1907, no que se anunciava — na capa e na página de rosto — como as «Obras de Carlos Malheiro Dias», *A Vencida* seria entretanto a inesperada e prematura despedida de um autor de ficção tido por «herdeiro» de Eça de Queirós, a quem, nesse mesmo ano e como sócio correspondente, sucedera na Academia Brasileira de Letras. O renome literário de quem, aos 26 anos, era já autor de dois grandes romances, *Os Teles de Albergaria* e *Paixão de Maria do Céu*, o início do que parecia ser, nesse ano de 1907, a publicação sistemática das obras de Carlos Malheiro Dias, nada fazia prever a «deserção» do ficcionista. Mas a História aí viria, como um terramoto, a alterar planos e a iludir expectativas. A realidade substituíria-se à ficção, a necessidade à literatura. O seu pão era agora de outra farinha... Escrevendo em papel timbrado de um empresa de panificação a que se associara, não ironiza melancolicamente que, se já tivera alguns leitores, ainda não tinha clientes ⁴?

Por isso é que *A Vencida* tem, na obra do autor, uma dupla importância: como um adeus à ficção e como única espécie de um género para que o escritor português mostra grande aptidão, o conto, tão próximo da nossa vocação lírica e fragmentária, tão distante da larga respiração do romance.

Como ficcionista, Carlos Malheiro Dias nascera sob o signo contraditório e camiliano de estrelas

propícias e de estrelas funestas. Morria, vítima da História, o ficcionista. Nascia o jornalista de combate, que, mesmo na urgência e na violência da peleja, não esquecia a fidelidade à sua vocação de escritor inspirado em uma elevada consciência ética.

DA FICÇÃO À HISTÓRIA

Se o jornalismo é a arte superior de morrer todos os dias, como tão admiravelmente o definiu o cronista brasileiro Rubem Braga, ele, o jornalismo, se exercido por escritores — por alguém que tenha um estilo —, desprende-se da sua condição precária. Nascidos para durarem um dia, uma semana, um mês, esses escritos, saídos de boas mãos, resistem à prova do tempo e à prova do livro em que forem compilados e onde os lemos muitos anos depois, como permanentemente actuais. Sem essa qualidade de escrita e sem essa filosofia que vê tudo, os acontecimentos e os homens, os espectáculos mundanos e as revoluções, *sub specie aeternitatis*, não sobreviveria o que parece trazer em si a marca mesma do efêmero. Eram escritos destinados, em princípio, a viver a vida breve das folhas que os estampou, arrastadas já no rio do esquecimento.

Em crônicas, correspondências, artigos jornalísticos, antes e depois da República, demonstrou Carlos Malheiro Dias um talento que alguns, do conhecido Fialho ao ignorado Vieira da Costa ⁵,

reputaram superior ao do próprio ficcionista. Antes da República, foi o cronista mundano das *Cartas de Lisboa* — assim chamadas porque em forma de correspondências que da capital enviava para *O Comércio do Porto* —, foi esse cronista que se fez estimar dos leitores. Temos aí, nessas *Cartas de Lisboa* depois reunidas em três volumes, um panorama da capital — e por que não um panorama nacional? — dos primeiros anos do século. Essas páginas, indispensáveis para a reconstituição de uma época pelo seu valor documental, lêem-se, e relêem-se, também pela clara e repousada elegância da prosa, como se o autor quisesse prolongar um belo espectáculo já quase no fim e dar mais vida a um mundo em vias de desaparecimento. Com tão excelente guia, conhecemos a vida mundana e a vida doméstica, frequentamos bailes e teatros, assistimos às devoções das que Cesário chamou «burguesinhas do catolicismo», somos esclarecidos sobre os problemas da habitação e os salários das criadas. E vamos de automóvel até Vila Franca de Xira, numa aventura vertiginosa — duas horas para percorrer 50 quilómetros!

Quando se compara a crónica e a crítica social de Carlos Malheiro Dias à de Ramalho e à de Fialho, impõe-se concluir que todos eles têm em elevada conta a sua condição de escritores e não a sacrificam a um jornalismo fácil e superficial. Se militam no jornalismo, é por necessidade de intervenção e por necessidade económica. Ainda quando, como no

caso do nosso autor, há uma aparência de futilidade — veja-se, por exemplo, a crónica «Um consultório de beleza» (in *Cartas de Lisboa*, Segunda Série) —, a sua seriedade fundamental vem ao de cima. Escondido atrás de epicurista surpreendemos, espreitando, um moralista...

Se a prosa é a de um grande literato que se compraz na forma — como diz não importa menos do que o que diz —, a temática ou preocupação social do ficcionista de *Filho das Ervas* aparece no cronista não raro fascinado pelo brilho exterior do «luxe e a alta roda» (título de uma das *Cartas de Lisboa*). Assistimos, assim, ao cortejo agónico de chefes de família que, em cumprimento de uma dura lei do inquilinato que estipulava o pagamento adiantado de seis meses de renda de casa, se viam obrigados a recorrerem ao prestamista. Escreve o cronista subitamente grave: «A última prata que reluz no aparador, e o último cobertor que aquece o leito, vão, pela calada da noite, oferecer-se ao penhorista. O dia 20 é a romaria do Montepio. A cada momento, nas ruas, se encontram faces aflitas, rostos apreensivos, olhares amargurados, que se desviam e fogem dos nossos, como para nos ocultarem o seu desespero e o seu segredo. Diante dos *guichets* das casas de penhores desfila uma multidão envergonhada e triste. São mães, que levam a roupa dos filhos. São maridos, que oferecem os vestidos da mulher. São costureiras, que se separam da máquina de costura. São noivas, que abandonam

o enxoval. São operários, que se desembaraçam da ferramenta. E todos dão, pelo tecto que os cobre, um pouco de pão que os alimenta, da roupa que os agasalha, da jóia que os adorna.» (In *Cartas de Lisboa*, Primeira Série.)

Na maioria dos casos, é um crítico mais irónico do que contundente: «Esbanja [a lisboeta] o dinheiro do marido em mil coisas — pelo último preço! É um processo subtil de economia, ao serviço de uma dissipação metódica.» Ou: «Dantes, as casas duravam. Hoje, as casas equilibram-se.» Nestes exemplos extraídos ainda das *Cartas de Lisboa*, vê-se como o cronista se aproxima muito mais de Ramalho Ortigão do que de Fialho de Almeida. Ramalho queria educar, Fialho demolir. Carlos Malheiro Dias, sem tão nítidos objectivos pedagógicos ou reformistas como os do autor d'*As Farpas*, pretendia sobretudo dar um testemunho sobre a sociedade do seu tempo, porque esse era o dever de um jornalista com «a coragem de ter opinião».

E é essa coragem que, depois da República, prevalece no jornalista político de *Zona de Tufões*, *Entre Precipícios*, *Em Redor de Um Grande Drama*, *A Esperança e a Morte*. Não ignora ele que é um «perigoso encargo», esse de testemunhar a verdade — ou o que se tem por tal. Não é a popularidade, mas a solidão que se ganha nesse combate pela verdade. Queixando-se do isolamento em que vive, diz-se «abandonado pelos amigos que emigraram e pelos

que, receando comprometerem-se no convívio da [sua] imparcialidade perigosa, desaprenderam do caminho que conduz até a [ele]». «Imparcialidade perigosa» porque aliena as simpatias dos sectários de não importa que bandeira — aqueles para quem a verdade se confunde com a sua verdade.

É a sua *vis dramática* que permite a Malheiro Dias ver em profundidade o que outros captam à superfície. Ficcionalista que vestira a pele das personagens para tentar entender os secretos móbeis do seu comportamento, o jornalista Malheiro Dias quer ver também por dentro os actores da História, grande ou pequena que seja. Ficcionalista ou jornalista, vemos sempre em páginas intensas actores cegos, conduzidos por um Destino igualmente cego, caminhando para o abismo.

Com uma coerência exemplar, Carlos Malheiro Dias testemunhava a vida portuguesa e os valores em que acreditava. Conservando, mesmo em escritos ditos «menores» e até circunstanciais, os seus dons de escritor, não se banalizou nem banalizou os temas que suscitaram o seu interesse e, quantas vezes, a sua indignação. Não era um observador distante, mas um observador empenhado, o jornalista que via sempre o reverso da medalha — o fútil do grave, o efémero do permanente, o grotesco do trágico.

Não são só os dons de escritor que recomendam os artigos políticos de Carlos Malheiro Dias: esses dons tinham-nos também o João Chagas do *Diário* e o Raul Brandão das *Memórias*, para citar apenas dois

nomes e duas obras que deram o seu testemunho desses tempos conturbados dos finais da Monarquia e dos primórdios da República. Era também a liberdade de espírito que os fazia diferentes, a esses escritos. Ao antigo deputado regenerador, ao monárquico liberal que nunca deixou de ser, ao adversário da solução autoritária de João Franco, ao homem livre que Malheiro Dias era não faltava pois legitimidade moral para criticar monárquicos e louvar republicanos, se em sua consciência entendia justos os reparos e os louvores.

Surpreendido em Londres pelo 5 de Outubro — escassas e longínquas eram as notícias, naquele tempo em que os meios de comunicação não estavam ainda sobre o acontecimento e as imagens não o mostravam com uma eloquência superior às palavras —, surpreendido na capital de um velho e poderoso reino pelo derrube da nossa secular instituição monárquica, Carlos Malheiro Dias acompanha de longe, inquieto pela distância que tudo amplia, o que se passa em Portugal. Numa página admirável, em que o jornalista político e o jornalista literário são um só, estabelece ele o contraste entre o frívolo ambiente *belle époque* do seu hotel e a sua ansiedade sobre os destinos da Pátria. Vale a pena trancrever um passo que, melhor do que qualquer comentário, ilustra o talento de alguém que se demora numa descrição saborosa para tornar mais dramática a interrogação sobre o futuro.

«[...] Estávamos no jardim de inverno de um dos grandes hotéis do Strand. Era à hora do chá. A orquestra tocava uma valsa austríaca. Um burburinho alegre de vozes elevava-se das cem mesas a que se sentavam, sob o toldo verde das palmeiras, à luz da electricidade, mulheres de pele cor-de-rosa e de cabelos de todas as *patines* do ouro, e esses homens, de efigie romana, em que a Providência se comprouve em ressuscitar as feições peculiares ao povo glorioso sobre que imperou Augusto.

«Na mesa contínua à nossa, uma bailarina do *Alhambra* fumava cigarros russos, com a cabeça reclinada numa almofada de seda escarlate, entretida a olhar a fulguração dos anéis, nos quais a pequenina chama do cigarro acendia como que fogos de artifício nos poliedros dos rubis, das esmeraldas e dos brilhantes. Em outra mesa, o duque de Portland, com as duas mãos sobrepostas no castão do ónix da bengala, esperava, sorridente, que três anjos de Reynolds, vestidos de veludo preto com cabeções de renda de Irlanda, tomassem o seu chá e devorassem com os dentinhos brancos — porque estes formosos anjos tinham um apetite excelente — os últimos bolos do prato. A voluptuosa valsa exalava dos violinos, sobre o *ball*, emplumado de palmeiras, uma harmonia inebriante.

«Era a vida, na máxima expansão de felicidade e de beleza, que os nossos olhos entristecidos contemplavam; a nossa imaginação evocava-nos os

avós idealistas, os exilados de Plymouth e os combatentes de Ponte Ferreira, cuja obra acabava de desmoronar-se lá ao longe, arrasada pelas baterias da Rotunda, pela fuzilaria dos marinheiros e pelas bombas dos carbonários... Durara 76 anos apenas, o monumental edifício político de que os revolucionários de 20 tinham fundado os alicerces e a que o estadista genial da Terceira colocara a cimalha gloriosa. A monarquia constitucional ruíra. Que arquitectos comparáveis aos que a haviam edificado iam construir, sobre as suas ruínas, a República? Que operários, comparáveis aos patriotas de 33, em cujas cortes sagradas envergavam as fardas de soldados Herculano, José Estêvão, Garrett, iam erguer a cidadela republicana?»

Ao contrário dos fundibulários monárquicos que, rivalizando com os fundibulários republicanos no antigo regime, não poupavam as instituições nem os homens, Carlos Malheiro Dias manteve a lucidez crítica ou, para usar uma expressão sua, «a clara e honesta razão, limpa de preconceitos»⁶. E foi essa razão e essa ausência de preconceitos que, paradoxalmente, fez dele o mais formidável crítico da República. Ele, que criticara os métodos (mas reconhecera a honradez pessoal) de João Franco, ele, que criticara também as incursões monárquicas de Paiva Couceiro (de que louvava o brio e a pureza de paladino), ele, do mesmo passo, não ocultava a sua simpatia, e até o seu apreço, por grandes vultos republicanos, alguns dos quais seus amigos pessoais:

Antônio José de Almeida, Teixeira Gomes, Antônio Granjo, entre outros. Não negava o saber de Basílio Teles e de Sampaio Bruno, a erudição e o desinteresse de Teófilo Braga, a inteligência e a ousadia de Afonso Costa.

Via lucidamente que o idealismo não é muitas vezes senão o outro nome da ingenuidade e que os homens de boa vontade são preteridos quase sempre pelos ambiciosos. À oligarquia monárquica sucedera a oligarquia republicana, e os mais capazes e patriotas era de novo marginalizados. Por isso, podia concluir que, com o 5 de Outubro, não se mudara o regime, mas unicamente os homens. Ele não conspirava, nem sequer com a pena, para derrubar as instituições republicanas — não foram os monárquicos os principais responsáveis pela queda da Monarquia? —, mas defendia a urgência de o novo regime se corrigir, esse regime que, nascido na esperança, alguns meses depois se pervertia na intolerância, na violência, no radicalismo, na demagogia. E a demagogia não tem heróis porque não tem rosto: é anónima e covarde. Quem mandava não era o povo nem sequer os grandes tribunos: estes haviam feito, com a tolerância da realeza, a propaganda republicana e incendiado as paixões populares. Quem mandava era a rua, era ela que impunha a sua ditadura.

«O que fez a República, entretanto?» — interroga-se Carlos Malheiro Dias. E responde: «Sacrificou as populações a uma seita. Em lugar de governar para o

país, governou para uma partido. Em vez de atrair as forças sociais, repeliu-as, ameaçou-as, abriu contra elas hostilidades, ofendeu-as nas suas crenças, nas suas tradições, nos seus interesses. Enclausurado na demagogia, perdendo de vista a nação, o governo legislou para a Rua. Eis o erro da República, que explica toda a sucessão alarmante dos seus desastres.»⁷

Mas, como português que tem uma perspectiva nacional e não uma perspectiva partidária da vida política, Carlos Malheiro Dias não se regozija com os erros e os desastres do novo regime, que, pondo-o no pelourinho, acabam por colocar no pelourinho o próprio País. Em nome da saúde nacional, reclama um regime sadio, não sujeito às febres e convulsões das greves, atentados, arbitrariedades e crises políticas. Em nome da reconciliação nacional e para evitar a ameaça de guerra civil, advoga a legalização da oposição monárquica. Entendia ele que as forças conservadoras são indispensáveis ao equilíbrio de uma sociedade que não queira sossobrar em aventuras extremistas.

As páginas jornalísticas de Carlos Malheiro Dias, além da sua qualidade literária, ultrapassam a circunstância porque o autor tem alguma coisa de historiador inspirado em uma filosofia. Não se considerando historiador, mas apenas um jornalista que escrevia sobre temas com interesse para a História (que era historiador iria demonstrá-lo, porém, o seu contributo para a *História da*

Colonização Portuguesa do Brasil, Carlos Malheiro Dias reconhece ao menos, para empregar uma expressão sua, pertencer àquela família de «historiadores do jornalismo, precursores dos redactores da História»⁸.

No jornalismo político que, em Malheiro Dias, nunca se poderá dissociar do jornalismo literário — há uma visão pessoal e um pessoal estilo que identificam o autor —, peça maestra é a narrativa do naufrágio do *Titanic* (in *Zona de Tufões*). Aqui se dão as mãos o repórter, o ficcionista, o dramaturgo, o moralista, na atenção ao que é notícia, no estudo da natureza humana, na eloquência dos sentimentos, na arte subtil de extrair dos acontecimentos o que eles têm de exemplar. A catástrofe marítima que chocou o mundo em 1912 é um pretexto para, tirando dela a «tremenda lição» que encerra, fazer uma reflexão sobre o comportamento e o destino humano.

Vê, naquele soberbo pacote, o «incomensurável orgulho» do homem. Vê, naquela nova «Arca de Noé», um como espelho da nossa condição. Vê ali as classes e as desigualdades sociais, o homem a quem o pânico faz perder a dignidade e o homem que, pelo contrário, se transcende pelo sacrifício, firme no seu posto enquanto não vem a morte, como o oficial que lembra aos passageiros a sua condição de ingleses, como o telegrafista que lança para o gelo e o silêncio o seu apelo desesperado, como a orquestra que toca até o fim, até o grande mergulho no abismo, «Mais perto de Ti, meu Deus» — *Nearer, my*

God, to Thee. Aquela «obra-prima do engenho humano», em que tudo parecia estar programado, só não previu «a maior, a única realidade da vida» — a morte. Ali, naquele palco improvisado para a representação de uma inesperada tragédia, há um «debate épico de almas», debate em que o homem se revela ao homem. Reconhece Malheiro Dias a «necessidade» das catástrofes (não as achava Bloy benéficas?) porque é nelas que se mostra a baixeza e a grandeza do homem.

Depois da parte propriamente narrativa, em que se excede o talento do «repórter», toma a palavra o moralista. Contra o materialismo dos livres-pensadores que proliferam, e com particular virulência, no Portugal de Afonso Costa, o naufrágio do *Titanic* é uma «página» exemplar. Nela aprendemos que não se pode substituir o Homem a Deus. Não desarma a fé a «orgulhosa dialéctica» dos que pretendem escravos os homens? Como se explica o heroísmo nos momentos de pânico, porque é que o homem mais culto e mais artista domina melhor os instintos — na hora derradeira, o instinto da sobrevivência? Na hora extrema, do que tem medo esse homem mais refinadamente humano não é da sua morte — é da dor da separação dos que ama... E, concluindo a sua severa reflexão, exclama Malheiro Dias que «é sob a invocação da divindade que o homem avança, sobe, prospera e realiza as acções grandes».

Lendo as *Cartas de Lisboa* e a *Zona de Tufões*, não sabemos quem tem o primado, se o cronista mundano se o cronista político. O que não oferece dúvida é que o talento literário não falece a um nem a outro. O «grande drama» vivido em Portugal depois do regicídio e depois da implantação da República — uma revolução traz sempre rupturas, retaliações, instabilidade, perplexidade — e, logo a seguir, a epopeia sangrenta da guerra europeia, aquele drama e esta epopeia despertam o homem moral. A crónica, que, por certo gosto mundano, podia aproximar-se da do seu amigo Júlio Dantas (como sublinha Vitorino Nemésio ⁹⁾), evolui para um outro tipo de crónica em que o homem exterior cede o lugar ao homem interior, as formas às ideias. São as figuras históricas e as nações e as civilizações em crise que passam a constituir o tema predilecto da intervenção jornalística de Carlos Malheiro Dias. O jornalista veste-se de moralista e a literatura de ideias ocupa então, na sua hierarquia de valores, um plano mais elevado que o da pura literatura. Não lhe basta já diagnosticar os males, com a frieza de um cientista ou o distanciamento de um espectador: sofrendo, ele próprio, na carne e no espírito os males que aponta, sugere os remédios que julga adequados a esses males. O cronista da *Zona de Tufões* vai dando a palavra ao orador da *Exortação à Mocidade*.

Ao invés do que se tem dito, não houve incoerência ou contradição no percurso de Malheiro Dias: houve uma tomada de posição, não raro

contrária aos seus interesses e comodidade, de acordo com a sua consciência de escritor que, em grave período da vida portuguesa, não fica neutral, fechado no egoísmo do seu escritório e da sua glória pessoal. Podemos é dizer que, chegada a hora de tribulação, o homem ético se sobrepôs ao homem estético. Mas, — pergunta-se — o ficcionista do *Filho das Ervas*, d'*Os Teles de Albergaria*, da *Paixão de Maria do Céu* não revelou desde os começos da sua carreira literária tão grande preocupação social como expressivo interesse pela História? Os preconceitos de casta, as mulheres sacrificadas, as convulsões e desilusões políticas, não é isso a matéria-prima dos seus romances, não são eles a melhor prova de que o cronista político seguia por um caminho já aberto?

De Carlos Malheiro Dias havemos de falar de coerência mais que de contradição — da adequação dos escritos às suas mais íntimas e íntegras convicções.

Quando em horas mais serenas ele deixa os escritos de ocasião por obras de grande respiração histórica — é o caso da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* —, que vemos nós? Vemos uma decidida vocação de historiador, que vai às fontes e argumenta com os especialistas, como quem não é hóspede na matéria. Contra a «tese esdrúxula» da casualidade, defende a tese da intencionalidade do achamento do Brasil. Era a hora solar do apogeu, antes do rápido ocaso. «A decadência portuguesa — afirma Carlos Malheiro Dias — resultou, como a de

Roma, da tendência para universalizar-se.» Em seu modo de ver, a unidade do Brasil explica-se pelo nacionalismo português, que defendeu o território da penetração estrangeira, fosse ela francesa ou holandesa.

E, num rasgo de grande escritor, evoca ele no final da longa introdução a epopeia dos pioneiros, que sofreram e morreram para que no Novo Mundo e «sob o signo estelar do Cruzeiro, uma das cinco maiores nações do mundo» se levantasse e caminhasse para o futuro.

MODELO DE POLÉMICA NÃO PORTUGUESA

Fazendo-se alvo da sua própria ironia, Camilo, quando a incluiu em livro, chamou à polémica com Alexandre da Conceição «modelo de polémica portuguesa», para mostrar como, entre nós, os debates de ideias se transformam, se o não são logo à partida, em jogos de pau e cascatas de insultos. Não é a razão que sai vencedora desses torneios, mas quem tenha braço mais robusto e seja mais desbocado. E, homem de compleição física frágil, quanto a ousadia e quanto a turpilóquio ninguém podia medir-se com Camilo. O qual bolsou sobre Alexandre da Conceição, aliás também não avaro em improperios, as maiores diatribes. Se numa primeira leitura elas nos fazem rir, depois desgostam-nos, como num espectáculo em que a inteligência é desfeiteada pela paixão e o outro espesinhado pública e rasamente. Se ainda lemos essas páginas, é porque nelas o génio verbal de Camilo jorra com um violência de torrente. Era como um energúmeno possuído de delírio verbal.

Carlos Malheiro Dias, sendo embora escritor combativo, não era um homem agressivo, e a sua crítica — política, social, ética — exercia-se no plano das ideias. Se estas lhe fossem antipáticas, ou até odiosas, não descarregava sobre os homens que lhes emprestavam um rosto a sua cólera ou a sua repugnância. Vía-os agindo sem saber talvez como nem porquê, falando um língua que possivelmente eles próprios ignoravam. Chegava por isso a olhá-los com espanto e, alguma vez, com involuntária admiração. Leiam-se as páginas (in *Zona de Tufões* e em *Do Desafio à Debandada*) que dedicou a Afonso Costa, de quem tudo o separava, mas que lhe aparecia com uma certa grandeza, seja embora uma grandeza *à rebours*, porque ousava levar às extremas consequências um plano de que ele poderia ser a principal vítima. Quando combatia a República — melhor, o radicalismo da República jacobina —, não o fazia Carlos Malheiro Dias em nome de ideais monárquicos ou de nostalgias restauracionistas, mas em nome do patriotismo e da dignidade nacional.

Crendo também que a Pátria estava doente, Malheiro Dias não se quedava numa atitude estéril de lamentação nem num niilismo do quanto pior melhor. Reagia com as armas do espírito — a palavra ao serviço da inteligência. Depois daquela generosa aventura fracassada dos *Homens Livres* — a revista que, em 1923, reuniu efemeramente alguns dos melhores nomes «seareiros» (Sérgio, Proença, Cortesão) e integralistas (Sardinha, Lopes Vieira) que

antepuseram o destino de Portugal à questão do regime —, não se entregou Malheiro Dias a um desalento que tira a vontade de combater e de viver. Parece até que os males nacionais e os desgostos pessoais acordaram nele um novo ânimo de lutar.

Foi numa dessas horas em que a dor como que paralisa — Malheiro Dias vira desaparecer, quase simultaneamente, várias pessoas de família, pai, a mãe, um irmão —, foi numa dessas horas em que nada parece ter sentido que o escritor recebeu um convite, datado de 2 de Maio de 1924 e assinado por Eugénio de Castro em nome do Conselho da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, para, no solene cenário da Sala dos Capelos, «fazer uma conferência sobre assunto livremente escolhido» pelo convidado. Outro que não Malheiro Dias teria invocado os lutos recentes, a sua condição de português de passagem por Portugal, para declinar o convite. Malheiro Dias aceitou-o logo. Na sua decisão terá pesado a necessidade de ocupar o espírito para dominar o seu desgosto, o apreço literário por Eugénio de Castro, quem sabe se o sentir-se lisonjeado por, antigo escolar de Direito que não chegou a bacharel, poder falar, mais do que aos estudantes, ao grave colégio dos doutores. Sim, é possível que esses sentimentos tenham influído na decisão do escritor. Mas nela terá pesado principalmente a sua dor e o seu amor da pátria e, ainda, o ensejo de falar à mocidade, ele que vivia

longe — quem não aparece esquece — e perdera, de certa maneira, o seu público.

E foi precisamente «Exortação à Mocidade» o título que deu à sua conferência, que deveria chamar-se antes oração. Com liberdade de escolha de tema, fácil seria a Malheiro Dias disreter do romance, explicar as razões por que abandonara a ficção, apresentar escritores brasileiros, falar do Brasil, da colônia e das associações portuguesas, exaltar os novos navegadores que, sulcando agora o céu, desencadearam uma grande vaga de entusiasmo nacional. Nada disso. Em vez de um tema pacífico para aplausos convencionais, um tema polémico, sujeito a assobios. Entendia Malheiro Dias, com a alta consciência da missão do intelectual, que, naquela hora grave, não devia desperdiçar a oportunidade de fazer ouvir a sua voz na «colina sagrada», não para produzir uma elegante oração académica, mas para lançar um veemente apelo.

Se esse foi o propósito de Malheiro Dias, viu-se ele defraudado porque, anunciada a conferência, imediatamente uma folha radical de Coimbra a denunciou como uma provocação, ameaçando, decerto em nome da liberdade de expressão, com desacatos se ela se realizasse. Achou prudente a Universidade cancelar a conferência, como alguns anos antes, e por motivos idênticos, um organismo de estudantes católicos — o C.A.D.C. — fora forçado a aconselhar ao poeta Gomes Leal, que ali devia

falar, que não descesse na doce Coimbra para não ser vítima de violências.

Carlos Malheiro Dias, se não pôde fazer-se ouvir da mocidade coimbrã, foi pregar aos peixes, lendo o seu texto às aves e às árvores do Buçaco. E para que o eco da sua voz não se perdesse de todo naquele ermo, o insofrido orador mandou imprimir o seu texto, num opúsculo que teve diversa fortuna. Receberam-no bem aqueles moços que, desgostosos da situação política, suspiravam pela regeneração nacional e os que, não sendo já novos, se reconheciam nessas páginas veementes que traziam a promessa como de uma renascença. Dir-se-á *grosso modo* que tomaram o partido do autor da *Exortação à Mocidade* monárquicos, integralistas ou não, e os adeptos do nacionalismo literário, neogarrettianos ou novilusistas. Tomaram partido contra Malheiro Dias jornalistas e estudantes republicanos, com relevo para Mário de Castro, que na *Seara Nova* deu pública «Resposta dum Exortado a uma Nobre Exortação». Nesse artigo não se contesta a «elevada cultura e autoridade moral» de Malheiro Dias: contesta-se é a legitimidade de propor D. Sebastião para modelo da juventude. Escreve Mário de Castro que «o exemplo que nos determina, não é, não pode ser, o exemplo da derrota: não é, não pode ser, D. Sebastião. D. Sebastião é pelo contrário o exemplo mais pernicioso que pode colocar-se ante a imaginação dum moço, porque ele é o exemplo máximo duma obsessão de glória individual sobrepondo-se às

conveniências da sua grei». Outros, nessa questão em que colidiam o mito e a razão de Estado, estavam entre Cila e Caríbde: era o caso de José Osório de Oliveira, que, simpatizando com a *Seara Nova* e o magistério de Sérgio, sentia no verbo eloquente de Malheiro Dias aquele «suplemento de alma» que falta na aula, ainda que magistral, de um pedagogo.

Qual o nó da questão que opôs António Sérgio a Carlos Malheiro Dias? Sem dúvida que algumas alusões da *Exortação à Mocidade* em que o autor dos *Ensaio*s se sentia visado e aos seus companheiros da *Seara Nova*, «uma brilhante agremiação de intelectuais, que se esforça por implantar em meio do caos político uma concepção racional de Governo [...] repudiando e cobrindo de anátemas o nacionalismo e proclamando sectariamente a necessidade política de contar com a massa popular». E como é que Sérgio havia de ficar surdo a outras afirmações, por exemplo estas: «[...] a história portuguesa [...] anda mal contada pelos que, destituídos de sensibilidade, cuidam entendê-la aplicando-lhe apenas os processos da análise racionalista, que não podem suprir, na sua agudeza, o dom de sentimento [...]».

Além destas e semelhantes alusões, foram determinantes em Sérgio outras motivações. Não sofria ele que alguém fosse a missa diferente da dele (lembre-se, por exemplo, a polémica com João Gaspar Simões, adepto da intuição em arte e da «poesia pura»¹⁰) e ousasse, alguma vez, pôr em causa

as razões da razão. Inquietava-se ainda Sérgio com o que, na década de 20, se chamou a «renascença» religiosa e política. Espiritualismo e nacionalismo eram então as duas faces do mesmo inimigo, conhecido pelo nome terrível de irracionalismo.

Com *Exortação à Mocidade* Malheiro Dias, como que desmentindo o seu passado liberal, parecia juntar-se à falange dos que antes dele — Manuel Ribeiro, Afonso Lopes Vieira, Alfredo Pimenta, António Sardinha, Antero de Figueiredo — se haviam retractado, dizendo adeus ao bolchevismo, ao anarquismo, ao republicanismo, ao esteticismo, para serem peregrinos de Roma ou para sacrificarem unicamente nas aras da Pátria. Por esse passado liberal — que, não obstante o seu indefectível monarquismo, o aproximava da *Seara Nova* —, pela mútua estima pessoal e intelectual, a nova profissão de fé de Malheiro Dias, sebastianista da undécima hora, soou aos ouvidos de António Sérgio qual blasfémia. A *Exortação à Mocidade* foi um pretexto oferecido ao vigilante mentor para um aviso à navegação. Escrevemos «pretexto» porque a *Exortação* não era um estudo, um ensaio ainda que apaixonado, como tal passível de todo o rigor crítico. Uma exortação é isso mesmo — um discurso, oração ou admoestação. Ou, na lição da antiga e sempre útil Retórica, uma «figura que consiste em excitar os sentimentos que devem conduzir a tal ou tal acção». Em suma, um escrito de objectivos eminentemente pragmáticos.

Se a tem proferido aos estudantes de Coimbra, a «exortação» perder-se-ia talvez no ar, confinada às paredes de uma sala académica, palavras que ecoariam ainda algum tempo na memória de quem as ouvira, produzindo uma emoção forte e quiçá passageira. Mas, impedido de falar, Malheiro Dias imprimiu o texto. Teve ele, assim, maior repercussão, pelo clima de escândalo que se criara e porque são sempre mais perduráveis os escritos. Com o doentio apetite pelo fruto proibido, precipitaram-se muitos sobre um texto que teria porventura limitado eco sob a forma de conferência. Esse ambiente polémico à volta da conferência abortada veio perturbar o juízo crítico sobre as intenções dela e o seu próprio conteúdo. Cavaram-se fossos, ergueram-se bandeiras, olharam-se como adversários aqueles que, na diversidade das opções, já haviam caminhado juntos.

Saíu pois à estacada o espírito vigilante de António Sérgio para repreender, em nome da clara razão, o turvo romantismo patriótico de Carlos Malheiro Dias. Pensamento que se reclamava de um apolíneo ideal clássico, António Sérgio, e não só nesta polémica, foi algumas vezes traído pela mesma passionalidade que denunciava nos seus antagonistas. Depois de chamar a contas Malheiro Dias, esgrimiu António Sérgio contra o fantasma de D. Sebastião, maléfico inspirador da perigosa tara nacional que tem por nome sebastianismo ¹¹. Além de ter comprometido o País numa aventura

insensata, veio a inspirar um mito que é como um convite à inacção, agravando assim a nossa tendência para esperar dos outros ou de uma intervenção providencial o que nos cumpre fazer a nós, e só a nós, com a previsão e precaução dos nossos projectos, com o bom senso e a persistência das nossas acções. Um ideal de prudência ou de sensatez parece informar a concepção sergiana da História. D. Sebastião representava o que ele mais detestava: o espírito aventureiro, a malsã febre heróica, o gosto do risco sobrepondo-se à medida e à razão. Vá então de compilar, para aviso de incautos, toda uma antologia de autores contemporâneos de D. Sebastião, com o intuito de provar a menoridade intelectual, senão mesmo a loucura do visionário de Alcácer Quibir.

Chamado à pedra, Malheiro Dias não se encolhe na atitude tímida do aluno apanhado em falta pelo professor. Reimprimindo em 1925 a sua *Exortação à Mocidade*, precede-a de «uma resposta à carta-prefácio do Sr. António Sérgio no seu livro ‘O DESEJADO’». Aqui sim, nesta longa introdução que ultrapassa largamente o texto da conferência, é Malheiro Dias o escritor de ideias que argumenta ao experiente e hábil dialecta. O orador cujo propósito fora lançar um como grito de alarme à juventude, era agora, na réplica a Sérgio, crítico severo do seu severo crítico. O que espanta, nesta controvérsia que foge por isso mesmo ao modelo da polémica portuguesa, de camiliana memória, é que a

veemência não cede à diatribe e às ideias se opõem ideias. Não se depreciam as qualidades intelectuais do antagonista, que, pelo contrário, se proclamam.

Porque admira a inteligência e a cultura de António Sérgio, de que se confessa também amigo, é que Malheiro Dias exige dele mais e melhor. Considerando lacunar e viciada a antologia anti-sebástica de Sérgio, que omite autores mais autorizados para um retrato mais autêntico de D. Sebastião, contrapõe Malheiro Dias, à visão digamos utilitarista do autor dos Ensaio, a sua visão idealista da História — uma História que, não ignorando as motivações económicas, acolhe também os móveis espirituais. Se a História é uma ciência de rigor, elaborada a partir dos documentos, não deixa de ser também uma arte, uma filosofia e uma ética. Não é por isso que se fala da História como «mestra da vida»? Não há História — haverá, sim, historicismo — sem uma filosofia que a informe e procure iluminar os caminhos mais obscuros que as nações percorrem, e os seus homens representativos.

O homem, mas o homem carismático — aquele que, na expressão de Herculano, «deu forma ao desejo unânime da nacionalidade» e mobiliza os povos para grandes tarefas colectivas, como a das Descobertas —, tal homem é que seduz um escritor de vocação dramática. trata-se decerto de uma concepção aristocrática, elitista ou heróica da História, palco de um grande drama para actores notáveis. O romantismo, de que Sérgio acusa

Malheiro Dias (e para o solar autor dos *Ensaio*s não havia pior doença do que o romantismo), revela-se nesse gosto do herói solitário e incompreendido. Ninguém é profeta na sua terra e protestamos sempre que surge alguém a arrancar-nos do sono para uma empresa ambiciosa e incerta. D. Sebastião, se imaturo pela idade, não era um espírito fraco. O seu pecado capital foi o de ter perecido sob os escombros do majestoso edifício que planeara... Mas os heróis derrotados — e aí está outra faceta romântica — têm também a sua grandeza, uma grandeza trágica. São os mártires de uma ideia, as vítimas de um sonho sobre-humano, os Prometeus eternamente condenados por ousarem desafiar deuses e demónios.

Carlos Malheiro Dias, penetrando os umbrais da História, não sacudia o pó das sandálias nem abandonava a sua veste de romancista. Não quer isto significar que ele romanceasse a História, manipulando-a pela imaginação. Mas ficcionista familiarizado com as paixões humanas, movendo-se com desembaraço em labirintos psicológicos, o autor de *Filho das Ervas* observa os filhos de algo, debruça-se sobre destinos menos ignorados, atento aos grandes quadros, aos grandes gestos, às grandes palavras.

Na réplica a António Sérgio, afirma Carlos Malheiro Dias que a sensibilidade do crítico «foi traída pela sua razão, ou melhor dizendo, a sua sensibilidade funcionou pior do que a sua

inteligência». E entendendo que para compreender é preciso sentir, acrescenta que o excessivo nacionalismo pode obnubilar a mesma razão e levá-la ao desconhecimento da realidade. Repelindo a «excessiva presunção» com que Sérgio fala *ex cathedra*, «como se todos os escritores de Portugal lhe devessem vassalagem», Malheiro Dias vê na *vis* polémica um desmentido à apregoada serenidade racional de quem usava uma dialéctica de sofista. Para Malheiro Dias o patriotismo não é um conceito — é um sentimento. A razão, em nome da qual Sérgio «preconiza um civismo pecamente utilitário», a razão desconhece o sentimento. Ora, o racionalismo «conduz necessariamente ao materialismo e à demagogia», triste fortuna para um pensador idealista cujo essencial aristocracismo só colhia aplausos na galeria.

Não se remeteu ao silêncio António Sérgio: com a necessidade da controvérsia que nele era uma segunda natureza e com o seu engenho dialéctico («ardiloso pedagogo» lhe chama Malheiro Dias), levantou a luva que lhe arremessou o adversário. E deu à estampa a sua *Tréplica a Carlos Malheiro Dias*.

O exemplar que temos presente ao redigir estas linhas pertenceu ao próprio Malheiro Dias e está por ele anotado¹². Na dedicatória autógrafo (e não será demais sublinhar a singularidade de dois antagonistas que se saúdam respeitosamente antes do combate), António Sérgio faz votos para que o «belo espírito» do autor da *Exortação à Mocidade* «abandone a

fantasia sebastianista que tão pouco lhe vai a carácter».

Que alega, em síntese, na sua *Tréplica* o autor? Que o seu antagonista, a quem não recusa o tratamento de Amigo, «não organizou ainda, por assim dizer, o conjunto das suas ideias sobre a história de Portugal. Exprime opiniões que não jogam bem com outras das suas opiniões. Não há unidade de conjunto; sente-se em tudo que vai indeciso».

Rejeitando a acusação de «demagogia», escreve: «Apesar de homem de gabinete, tenho sabido contrariar as turbas, em vez de as lisonjear.» E não é sem alguma ênfase que este aristocrata do espírito faz o elogio das elites, precisando: «[...] o ser da elite, para mim, é possuir a *mentalidade* da elite. Ora mentalidade de homem de elite não é talento literário: é Espírito Crítico, com talento ou sem ele; é ter disciplina de pensamento [...] não passando de extremo a extremo ao sabor das modas espirituais. Pelo que toca à minha pessoa, poderão acusar-me de não ter estilo, mas não de instabilidade de orientação mental.» É um auto-retrato de Sérgio, que tem o que faltaria a Malheiro Dias: disciplina e espírito crítico. Talento literário, eis o que era inegável no autor da *Exortação*, que, seguro da sua «arte de escrever», declara, não sem malícia, que «o génio literário muitas vezes é omissor nas inteligências críticas». Reparo que feria Sérgio, que dizendo-se mais educador que escritor, não era de modo nenhum

indiferente à acribia da sua prosa. Não será ela, ainda mais do que as ideias, o que muitos leitores admiram no ensaísta?

Sérgio sentia-se ainda atingido por Malheiro Dias, que protestara aliás não querer «dar uma lição de história nem de filosofia à Mocidade», por tentar afastá-la do seu magistério, «quando — confessa num quase queixume — a cultura da Mocidade tem sido sempre o [seu] objecto, o único fim do [seu] trabalho, a razão de ser da [sua] vida!» Não vem pois atacar Malheiro Dias: vem, sim, defender-se dos seus injustos ataques. Ocupando-se, não já da *Exortação à Mocidade*, mas do prefácio à reedição dela, Sérgio vai mais além da sua defesa, ao reclamar o rigor dos conceitos. Para ele, esse prefácio é «um Caos», mesmo «o Caos do Caos», exemplo de como um homem lúcido se deixa transviar pelo «snobismo de cabeças fátuas», pelo «ilusionismo da falsa cultura nacional», até o vermos precipitado nos «abismos de desconcerto mental a que se chegou neste País».

Contra o que designa por «herético intuicionismo» de Malheiro Dias, toma Sérgio o partido da sã racionalidade. O sebastianismo, que o autor da *Exortação* valorizava como o «mito da Esperança», não passava para o seu crítico de «um narcótico, um factor de abstenção; e se há por aí quem sustente o contrário, é porque não existindo no nosso país uma cultura do espírito que seja *cultura* [...] usa-se do talento na nossa terra com total desprezo do Senso Crítico, e afirma-se tudo sem se dar razões — sem

um átomo de verdadeira prova, sem um grânulo de justificação; e até a homens como Malheiro Dias os vemos deslizar pelo pendor geral e tudo confiar do fulgor do verbo e do mero ‘heroísmo de afirmar’ [...]».

As peças do processo, correndo impressas, são do domínio público. Mas ao lado dos escritos públicos, há os escritos particulares, ainda não divulgados. Enquanto na arena, entre aplausos e assobios, se defrontam o romancista e o ensaísta, o intuitivo e o racionalista, o emotivo e o apolíneo, em privado carteiavam-se e dão novas achegas à polémica famosa.

Em nota à página XXX do seu prefácio à *Exortação à Mocidade*, declara o autor: «Não nos consideramos com direito a trazer a público a correspondência particular em que se versou este assunto. As cartas que sobre ele trocámos pertencem à nossa amizade, não à nossa polémica.» Compreende-se a reserva de Malheiro Dias quando assim escrevia em 1925; mas, 65 anos depois, perdeu ela a razão de ser, há muito no silêncio da morte os dois carteadores e já pertencendo à história a polémica. As cartas de António Sérgio a Carlos Malheiro Dias ¹³, de que se transcrevem algumas passagens que dizem respeito à polémica (oxalá um dia possamos ler também as do autor da *Exortação* ao autor dos *Ensaio*s), não se divulgam com esse propósito malsão de publicar documentos comprometedores, tanto para o signatário como para o destinatário. Ao invés, estas cartas, com

serem um complemento à polémica sobre o Desejado, o seu comentário privado, reforçam o que nela há de exemplar, fazendo-a um modelo de polémica não portuguesa: o respeito pessoal e intelectual que nenhuma divergência logra eliminar.

Em carta datada de «Lisboa, 21 de Outubro» [de 1924] e em papel timbrado da Biblioteca Nacional, diz no final António Sérgio: «Li no Dia um trecho da sua *Exortação à Mocidade* em que a aconselhava a não seguir as minhas vampirinas, torpes e heréticas opiniões sobre D. Sebastião.» E logo avisa que irá submeter o assunto ao tribunal da opinião pública: «Vou justificar-me em breve, publicando os testemunhos coevos sobre o caso, reunidos em um pequeno volume. O público que ajuíze, perante eles, se sou eu ou o António Nobre quem tem razão.»¹⁴

E, poucos dias depois (a 26), em nova, longa e importante missiva, toda ela consagrada à questão, Sérgio, agradecendo a «oferta da eloquentíssima *Exortação à Mocidade*», assim desabafa: «Para lhe falar francamente pareceu-me q̄ foi muito injusto com a *Seara Nova* e com o Racionalismo, q̄ não quis compreender e q̄ creio serem diferentes (muito diferentes!) da brilhante caricatura q̄ deles apresentou. Nenhum nacionalista a valer aceitaria como exemplar de nacionalismo... o Renan — o da *Vida de Jesus* ou qualquer outro; e custa a acreditar q̄ na *Seara Nova* um homem como o Proença pensa o que pensa por ignorar Taine, Comte, Carlyle, Guyau,

Le Bon e outros autores com q̄ a bombardeia. O pensar dos meus Amigos é talvez um nadinha mais complexo, profundo e subtil do q̄ se infere da *Exortação*, e os seus conhecimentos não são decerto menos vastos q̄ os dos Integralistas q̄ tanto elogia. E já que falei do Proença (o cérebro mais sólido da minha geração, sem exceptuar os Integralistas todos, — se é q̄ eu posso julgar em questão de cérebros!) não creio q̄ o seu esforço, de pena *e de acção*, para o renascimento nacional, fosse muito indigno de figurar ao pé do dos Anteros de Figueiredos, Manuéis Ribeiros, etc., q̄ cita a p. 11 do seu discurso. A acção, para regenerar Pátrias, também vale alguma coisa (conhece a do Azevedo Gomes no Ministério da Agricultura?). Muita justiça não será compatível com o «dom do sentimento»; mas uns pós sê-lo-ão talvez. Há uma parte da minha geração que, se pouco brilha na expressão do patriótico entusiasmo, alguma coisa vale como pensamento, como carácter e como acção: um Azevedo Gomes, um Ezequiel de Campos, um Proença, um Jaime Cortesão, etc. Não me parece q̄ lhes tivesse dado segundo as suas obras. Como mandam as Escrituras.

«Enfim, todos nós compreendemos q̄ as mais nobres paixões são injustas; a justiça é da Razão, q̄ detesta; e por isso na *Seara Nova* encontrará sempre o meu Amigo sincera admiração e caloroso elogio q̄ nos merecem o seu talento, o seu patriotismo e a

generosa intenção com \bar{q} nos eclipsou e deformou.
[...]

Em 9 de Dezembro, respondendo a uma carta em que Malheiro Dias lhe anuncia voltar à carga, Sérgio confessa-se «burguês pacífico»; mas, se vier a guerra, não desertará do seu posto: «[...] sendo o seu verbo uma cavalaria brilhante, e o meu uma peonagem bisonha, formei quadrado, entrincheirei-me de humildade — e fiquei esperando. Se me atacar com boas razões, render-me-ei imediatamente, entregando bandeiras, armamento e tudo, — e não os tambores porque não os uso; se os argumentos não forem bons, tentarei o contra-ataque com a meia dúzia de piqueiros que puder reunir na ocasião». E, despedindo-se, Sérgio assina-se «muito espontâneo admirador e muito forçado adversário» de Malheiro Dias, que, por seu lado, em carta ao seu antagonista protestara «uma estima que vem do exílio».

Em nova carta, laconicamente datada de «Lisboa, 19», mas que tudo indica ser do mesmo mês de Dezembro do mesmo ano de 1924, lamenta Sérgio: «O facto de me não responder directamente faz-me suspeitar que lhe não agradou o prefácio do *Desejado*. Não sei porquê. A minha defesa foi respeitosa e amistosa; o seu ataque, fundo e ácido. Sabendo que à cultura intelectual da juventude consagro eu a minha vida, entendeu dizer-lhe \bar{q} me não desse ouvidos; e acusou-me sem motivo algum de materialão, ambicioso desenfreado, e vampiro. Foi no seu discurso injustíssimo com os meus amigos da *Seara*

Nova, cujos serviços não reconheceu (como se a obra do Proença na Biblioteca não tivesse alcançado os maiores elogios de todo o mundo da especialidade, na Europa e na América!); e não se pode dizer que houvesse doçura no seu artigo no *Notícias* sobre o de Jaime Cortesão. Protesto portanto, desde já, contra qualquer injusta interpretação ou qualificação do meu proceder. Da sua pessoa, entre nós, só se falava com admiração e carinho, qualquer divergência que pudesse existir em apreciações de pormenor de quaisquer pontos doutrinários. [...]»

Na última carta sobre a polémica (com data de 26-XII-24), afirma que, à «pública acusação» de Malheiro Dias, estava ele «moralmente *forçado* [o sublinhado é de Sérgio] a opor pública defesa». E, como para demonstrar que, se havia discordância, não havia ressentimento, Sérgio envia a Malheiro Dias *Pela Terra e pelo Mar*, do mesmo passo que lhe pede (em nome também do editor Aillaud) um livro semelhante para a juventude. Enfim, no Outono de 1941, quando Carlos Malheiro Dias, morto antes da morte, partiu definitivamente, lá estava António Sérgio, segundo a Imprensa da época, a despedir-se de quem, adversário no campo das ideias, fora amigo pessoal e escritor de mérito.

A polémica sobre o Desejado que outra coisa foi senão o choque de duas mentalidades? Uma era inspirada pelo sentimento poético, que não concebe a história de um povo onde não haja mito; outra era

refreada pela razão crítica, que tudo desmitifica e olha com suspeição todo e qualquer entusiasmo. Quem saiu vitorioso da contenda? Sem dúvida nenhuma a cultura portuguesa, enriquecida com uma polémica em que, surpreendentemente para os nossos costumes, se jogaram mais ideias que pedras.

No rescaldo da polémica e aproveitando desta algumas achas que sobraram da fogueira, publica Malheiro Dias, em 1925, *O «Piedoso» e o «Desejado»*, que significativamente dedica à memória de António Sardinha, tão cedo desaparecido, deixando a amigos e admiradores um como sentimento de orfandade. Ao consagrar um livro a esses reis, queria ele reabilitá-los de toda uma historiografia liberal e jacobina, que tanto os denegriu.

Para ele, D. João III era uma austera sombra medieval depois do esplendor renascentista, o espírito militante da Contra-Reforma, a pretexto do qual instituíra no Reino, com fins mais políticos que religiosos, o Tribunal da Inquisição, que para sempre o constituiria réu da História. Rei sem graça e sem garbo, assume com dignidade o duro ofício de reinar, numa época de crise nacional. Exausto o Reino em sustentar um corpo desmedido — corpo de dimensões planetárias —, debate-se o monarca, que não tem a vontade de D. João II nem a fortuna de D. Manuel I, com graves dificuldades financeiras e a decadência que vai minando, depois do apogeu, o vasto império. A Índia era, na expressão de Malheiro

Dias, a «jóia fatal da coroa portuguesa». Se muitos particulares enriqueciam com ela, «o Estado e a nação arruinavam-se». Por ela teve de abandonar praças de África, fechando-se assim «o ciclo medieval da cavalaria, que mais tarde D. Sebastião havia de tentar ressuscitar». Teve, porém, D. João III o «raro talento» diplomático de manter a neutralidade portuguesa numa Europa em guerra, «a dignidade majestática» de substituir, ao heroísmo militar, o «heroísmo cívico».

Abrindo mão de praças africanas, assistindo ao declínio do império do Oriente — os «fumos da Índia» perturbaram e perderam muitas cabeças em que a cobiça mandava mais do que o patriotismo —, não se fechou o soberano, numa atitude de desistência, no que depois se chamou as «fronteiras medievais». Voltou-se para o Brasil, desenvolvendo aí uma vasta acção e justificando a metáfora de um escritor convictamente luso-brasileiro: o Brasil era o «único fruto sazonado do consórcio da pequena nação com o oceano».

Se D. João III é «o mais caluniado e incompreendido dos reis», D. Sebastião é o maior, o mais amado e denegrado dos mitos nacionais. Mais do que um moço monarca, ele é o encoberto pelas brumas do passado e, sobretudo, pelas brumas do futuro. Mito com cabeça de Jano, um rosto olha o passado, onde história e lenda se confundem, outro rosto interroga o futuro, onde tudo é incógnita e promessa. Tem pois, este mito, carácter

simultaneamente saudosista e futurista. Não é a saudade um sentimento ambivalente? Temos também saudade do futuro, onde um dia (quando chegará ele?) veremos erguer-se, carregada de frutos, uma grande árvore nascida das raízes do passado. Mito criativo, não convida pois à inacção: é a aventura contra a rotina, a ousadia contra a prudência, a esperança contra o desespero.

Não nega Carlos Malheiro Dias que D. Sebastião fosse de «génio belicoso» e de «ímpetos marciais» — um impulsivo, portanto. Mas já nega que ele fosse «o produto do fanatismo da Inquisição e dos jesuítas»: parece-lhe antes «um filho póstumo da Idade Média» (não valeria também para D. João III esta designação?). Por outro lado, Malheiro Dias entende errado o critério (hoje tão comum) de apreciar à luz do presente homens e actos do passado. A D. Sebastião «envolvia-o uma atmosfera eléctrica de heroísmo» e o seu «louco» plano nascia sobre as ruínas da «política mercantil do Oriente». A empresa norte-africana não pode pois interpretar-se como «um suicídio, mas uma reacção». Além de que, «se o heroísmo desse ouvidos à prudência, não haveria heróis». Perdendo-se, é certo que o rei perdeu o Reino, mas ainda aí, para Malheiro Dias, a culpa não era dele se «não existiam desta vez um mestre de Avis, um Nuno Álvares e João das Regras capazes de, em nome da liberdade, infringirem o direito» — direito que invocava Filipe II para a sucessão à Coroa portuguesa.

Assim termina, sem ruído, a campanha sebastianista de Malheiro Dias: serenamente, o historiador que ele também era, expõe o seu pensamento, em que a razão não fecha as portas ao sentimento.

Depois da eloquência da *Exortação à Mocidade* e da veemência da réplica a António Sérgio, com *O «Piedoso» e o «Desejado»* regressa Malheiro Dias à sua vocação de historiador, de que dera as melhores provas na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Historiador, e não apenas escritor, talentoso escritor, de temas históricos, como reconhece Marcello Caetano. Discordando de Jaime Cortesão, reticente quanto à condição de historiador de Malheiro Dias, a quem sobrava talento literário mas falecia o método histórico, entendia, pelo contrário, Marcello Caetano que ele dispunha da informação, do rigor, da seriedade do historiador¹⁵. Reportando-se à *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, afirma Marcello Caetano: «A bibliografia de que se serve é abundante, citando os mais autorizados autores brasileiros e portugueses, sempre com grande escrúpulo: nomes e títulos corretos, indicação de página exata, transcrições fiéis. O mesmo escrúpulo de citação se nota quanto à procedência e localização dos documentos transcritos, ou invocados, procedendo com um cuidado que nem sempre historiadores ilustres [...] tiveram nos seus escritos.» Daí que Marcello Caetano se sintia autorizado a

concluir que Carlos Malheiro Dias foi historiador, e notável historiador. Mais ainda: que a sua obra de historiador sobreleva «a sua restante obra», «por mais valiosa que ela seja».

Este singular juízo mostra como não é pacífico o entendimento de um escritor que Aquilino estimava sobretudo como romancista, e Fialho como cronista. Mas, historiador, romancista, cronista, o que ninguém deixa é de reconhecer-lhe, em qualquer género, o talento de escritor. Como ninguém deixa de reconhecer-lhe a dignidade cívica quando, ainda sob a forma expedita de panfleto, castiga a insolência de jornalistas mal inspirados por um patriotismo que não é senão xenofobia. Dirigindo, o futuro autor da *Exortação à Mocidade*, uma *Carta aos Estudantes Portugueses* (primitivamente publicada nas colunas d'*O Século*), quer ele preveni-los contra os que, «exploradores do patriotismo», promovem uma campanha antibrasileira. Era o excesso respondendo ao excesso — *abyssus abyssum invocat* («asneira puxa asneira», na versão livre e excelente de Camilo) —, era o patrioteirismo reagindo àquele nativismo brasileiro que Malheiro Dias chama com propriedade «mórbido». Com a sua intangível autoridade de escritor luso-brasileiro, ergue a voz para censurar, severa mas equanimemente, o fanatismo de alguns portugueses e de alguns brasileiros. E, dirigindo-se a estes, lembra-lhes que com «a exclusiva aplicação do critério nativista pode obter-se uma população nativa, mas não se obterá

um povo, pois uma multidão de gente não é um povo».

Jornalista com a coragem das suas opiniões, não se recolheu a uma ordem do silêncio como fuga à acção e pretexto para não falar na praça pública. Deu sempre testemunho de valores mais altos do que as ambições pessoais.

CARTA A CARLOS MALHEIRO DIAS

Ex.^{mo} Senhor:

Que alguém que V. Ex.^a nem de nome conhece, tome a liberdade de escrever-lhe, só não será impertinência porque todo o homem de notoriedade pública está habituado a receber cartas de desconhecidos. De mais a mais, é um sentimento de apreço intelectual e de solidariedade humana que me leva a escrever-lhe, na hora crepuscular em que o Sr. Malheiro Dias, afastado já do mundo, do seu ruído e da sua vaidade, lembrará em silêncio e penumbra horas solares de triunfo e combate. Como o *seu* rei D. Sebastião, o nome de V. Ex.^a está hoje envolto em nevoeiro, de onde não falta quem espere vê-lo sair, se não para salvar o País, para restituir ao menos alguma dignidade às Letras.

Anda por aí quem se tome por Desejado e não faltam moedeiros falsos na literatura. Ora Carlos Malheiro Dias é quem é: escritor de talento e homem de pundonor, que não move o propósito de obter o prêmio vil reservado a validos e cortesãos —

esses autores de vocação muito oficial que vemos atropelando-se à porta do Poder, não vá ele esquecê-los. Suspeito que V. Ex.^a, olhando-os, há-de sentir um como desgosto aristocrático — V. Ex.^a que sacrificou uma carreira de romancista, que se anunciava brilhante, para dizer tão-só a «verdade nua», como intelectual que não ignora a responsabilidade e o papel que lhe cabem em épocas de crise colectiva. Por essa condição, não está o intelectual desobrigado de deveres para com a comunidade: pelo contrário, o talento, em vez de ser uma espécie de carta de alforria, impõe mais deveres que direitos. O homem comum, esse ainda se pode permitir pecados de omissão porque ninguém dá por eles. Agora o escritor, que publica livros e artigos, profere conferências e discursos, é uma personalidade pública que faz opinião, mostrando aos leitores que vai nu o rei que ela via, tal a lavagem ao cérebro!, de uniforme de gala.

O Sr. Malheiro Dias, chegada a hora, pensou menos em si, nas suas ambições literárias, na sua glória pessoal, e sentiu mais a Pátria, os males que a afligiam, as ameaças que a espreitavam, ameaças não remotas mas iminentes. E, pousando a pena de ficcionista, pegou na de jornalista e polemista, sem que as qualidades de escritor sofressem qualquer dano. É isso, e não só isso, que distingue o seu jornalismo político do que vemos aí praticar-se, apreciável mais como exercício do que como literatura.

Defendendo ideias, castigando costumes e pessoas, não se permitiu V. Ex.^a desbocamentos ou injúrias, ainda que a indignação e o ardor do combate levassem naturalmente a uma que outra expressão mais forte. Sem unilateralidade sectária, reconhecia V. Ex.^a, monárquico que sempre foi, homens de bem e homens de talento no campo republicano, e não lhes negava a amizade nem o apreço. António José de Almeida, Teixeira Gomes, António Granjo, para não falar em Aquilino Ribeiro, quantos podiam testemunhar a liberalidade de Carlos Malheiro Dias! E mesmo àqueles com quem veio a polemizar, *verbi gratia* António Sérgio, não deixou de exprimir sentimentos de amizade e admiração. Porque tinha em alta conta a inteligência de Sérgio, é que foi tão severo com ele... Até à personagem republicana que mais o repelia (e mais o atraía também, pela audácia de fazer todos os desafios e correr todos os riscos), até a Afonso Costa consagrou, malgrado seu, páginas que muito se distinguem das diatribes que não pouparam esse político radical.

Homem de combate, não menos é V. Ex.^a homem de justiça, disposto sempre a prestá-la mesmo a quem navegue em outras águas ou vá a outra missa. Quando, porém, julga em jogo interesses nacionais, então a verdade — ou o que tem por verdade — lhe é mais amiga que Platão. Não hesitou, por isso, em pôr em risco a amizade com António Sérgio, na famosa polémica que para tantos, para as novas

gerações sobretudo, foi como um divisor de águas, um grito de alarme contra o materialismo da época, uma profissão de fé gritada à juventude precocemente céptica.

Não quero nem devo, porque seria impertinência minha, entrar aqui no fundo da questão, mas não posso deixar de aplaudir o exemplo de um escritor que, desprezando conveniências pessoais, se dói dos males da Pátria. Ao contrário desses fátuos literatos que cuidam apenas de si — morram os princípios, mas vivamos nós! —, o escritor Carlos Malheiro Dias deu, na hora própria, o seu testemunho de português.

Sabe V. Ex.^a o que eu penso? Que nos dias de infortúnio e de doença, que na estação crepuscular em que o sol da vida só brilha já para os outros, há-de servir-lhe de conforto a lembrança de que a sua pena não traiu nem titubeou. E nenhuma fama literária vale a consciência do dever cumprido.

Ah! como a mocidade de hoje está precisada de quem lhe dirija outra exortação, de quem, com a autoridade moral e intelectual de um Carlos Malheiro Dias, venha despertá-la da abulia ou dar sentido à sua inquietação. Contra a enfatuação europeia, preconizou V. Ex.^a, mais lúcido e também mais desinteressado do que os eurocratas de hoje, um vasto espaço linguístico, com o Brasil e os países africanos onde se fala o idioma português. A defesa da nossa língua, da nossa cultura, do nosso carácter enfim, é que se impõe agora mais do que nunca

contra a negligência, o analfabetismo e a descaracterização — para construir no presente o futuro e restituir a esperança a quem a perdeu.

Perdoe-me, Ex.^{mo} Senhor, a extensão e a quase familiaridade desta carta. Autorizou-me o longo trato com a sua obra, que conheci quando ainda mal sabia ler, nesse tempo em que havia serões familiares, e meu pai nos lia — a meus irmãos e a mim — páginas que julgava apropriadas à nossa educação. Foi assim que travei conhecimento com a *Zona de Tufões* e o admirável capítulo sobre o naufrágio do *Titanic*. Foi assim que tive pela primeira vez a sensação inesquecível do que é o talento literário — a força da expressão respondendo à força do sentimento. Lendo mais tarde, muito mais tarde, essas páginas, apercebi-me do que me escapara quando as ouvira ler em menino: a intenção que as ditara. Mais do que um *morceau de bravoure*, eram como um aviso à navegação. A arrogância, o orgulho conjuram-se para a nossa perdição, e corremos o risco de ir a pique se não tomamos consciência de como somos pequenos, e frágeis, e inermes. Se os comandantes podem perder barcos, tripulações e passageiros, os políticos mal inspirados podem precipitar no abismo nações e seus naturais. É essa, creio, a lição do capítulo final da *Zona de Tufões* — crónica política de desgoverno, anarquia e demência. Não dementa Deus aqueles que quer perder? Tragados pelo abismo, não nos é sequer dado ouvir, patética e derradeira consolação, a orquestra de bordo

tocando, com grave serenidade religiosa e como que alheia ao pânico geral, «Mais perto de Ti, meu Deus!» Quem, se gritássemos, nos ouviria, quem nos daria a extrema-unção da música antes do grande silêncio?

Com cumprimentos de muito respeito e admiração, subscreve-se

João Bigotte Chorão

NOTAS

¹ Expressão que se encontra na carta-prefácio ao livro do brasileiro Elycio de Carvalho, *Brava Gente*.

² Carta hoje na Biblioteca Nacional e datada de Cuba, 21 de Outubro de 1905. Nela, ao agradecer um dos volumes das *Cartas de Lisboa*, escreve Fialho: «Estou-lhe a achar muito melhor feito de cronista e folhetinista ligeiro, de que romancista Será de te lido [por] último as suas crónicas?» Recorde-se que Malheiro Dias dedicou a Fialho o romance *Filho das Ervas*.

³ Publicado no n.º 638, de 25 de Janeiro de 1903, do «semanario (lustrado, politico, literario, scientifico, noticioso e theatral) *Echos da Avenida*.

⁴ Em papel timbrado O PÃO EM CASA (fabrico doméstico de um pão sem fermento). Nesta carta de 1910, ao jornalista Hemitério Arantes, ironiza Malheiro Dias: «Tinha que ser. Entre esperar na Academia essa suprema consagração do escritor português, que se chama a pobreza, e abrir um loja, não hesitei. Abri a loja. É certo que eu tinha alguns leitores e ainda não tenho fregueses. Mas confio em que eles virão e você será um deles...»

⁵ Vieira da Costa (1863-1935), romancista hoje esquecido, correspondeu-se com Malheiro Dias. Sobre Vieira Costa, consultar, de João de Araújo Correia, *Sem Método*, 2.ª ed. revista, Editorial Estampa, Lisboa, 1983, pp. 121-127.

⁶ *O Estado Actual da Causa Monárquica*, pp. 5-7 ou a antologia *Ciclorama Crítico de um Tempo*, p. 125 e ss.

⁷ *Entre Precipícios...* e, na antologia *Ciclorama...*, p. 148.

⁸ *Ibid. e ibid.*, p. 150.

BIBLIOTECA BREVE N.º 121 — 2.ªs PROVAS

⁹ Vitorino Nemésio, *Quase que os vi viver*, Bertrand Editora, Venda Nova, 1985, p. 375. Nemésio contrapõe, porém, a «ética grave e passional de Carlos Malheiro Dias» à «mundividência calma e cosmorâmica de Dantas».

¹⁰ A resposta de João Gaspar Simões pode ler-se na 2.ª ed. d' *O Mistério da Poesia / Ensaios de Interpretação da Génese Poética*, Editorial Inova, Porto, 1971, cap. «Duas Notas Polémicas sobre Poesia».

¹¹ Sobre o sebastianismo, cf. a recente obra de António Quadros, *Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista*, 2 vols., Guimarães Editores, Lisboa, 1982-1983. V., sobretudo, para a polémica Malheiro Dias — Sérgio, o 2.º vol..

¹² Exemplar incorporado no espólio de Malheiro Dias (Biblioteca Nacional).

¹³ O original destas cartas encontra-se hoje na área de espólios da Biblioteca Nacional.

¹⁴ Referência ao poema, incompleto, *O Desejado*.

¹⁵ Marcello Caetano, «Carlos Malheiro Dias, Historiador, conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 10 de Dezembro de 1975, em sessão comemorativa do centenário do escritor.

CRONOLOGIA

- 1875 — Nasce no Porto (13 de Agosto, uma sexta-feira) Carlos Malheiro Dias, filho de Henrique Malheiro Dias e de Adelaide Carolina Pereira de Araújo, natural do Rio Grande do Sul. Do matrimónio nasce outro filho varão, Augusto. O pequeno Carlos é baptizado na igreja de S. Martinho de Cedofeita.
- 1888 — Em 22 de Dezembro, solene inauguração no Rio de Janeiro do Gabinete Português de Leitura, organismo a que Malheiro Dias estaria tão ligado e a que doaria parte da sua biblioteca pessoal (cerca de 1500 livros).
- 1889 — D. Carlos sucede a D. Luís. Proclamação da República no Brasil.
- 1890 — *Ultimatum* inglês.
- 1891 — Em 31 de Janeiro, insurreição republicana no Porto. O marechal Deodoro da Fonseca é o primeiro presidente da República do Brasil. Renunciando ao cargo, assume a presidência Floriano Peixoto. Ecos desses sucessos políticos encontram-se na ficção de Malheiro Dias — n'Os *Teles de Albergaria* e n'A *Mulata*.
- 1893 — Carlos Malheiro Dias começa a colaborar na revista *A Semana* do Rio de Janeiro.
- 1894 — Depois de estudos primários no colégio de Santa Quitéria, no Porto, e de estudos secundários no liceu de Lamego, parte para São Paulo, onde conhece e trava duradoura amizade com o seu

compatriota João Luso, como ele dividido entre a actividade comercial e a vocação literária.

1895 — Estreia em livro, com *Cenários*.

1896 — Publicação da peça, em cinco actos, *Corações de Todos*. Para ela, e a pedido do autor, escreveu António Nobre a letra de um fado: *Ai esta vida é um engano / Cavaleiro, aonde vais? / Mente a Pátria, a Glória, o Oceano, / Mas o Amor, — ainda mais. / Já tive ilusões, já tive, / Vós tiraste-mas, Senhor! / Filhas, quem de amores vive / Já não pode ter amor... / Vossos braços são serpentes / E uma algema a vossa mão / Os vossos beijos têm dentes, / Mas não têm... coração. / Quanto fel não há num beijo / Que de boca linda cai! / Ai o Amor é um desejo: / Um amor vem... outro vai...* A peça foi recusada pela Companhia de Lucinda Simões, por, entre outras razões invocadas, seus «quadros de tão real nudez». Primeira sessão de cinema em Lisboa, arte de que Malheiro Dias mediu logo a importância: «Compará-lo [o cinematógrafo] ao teatro é amesquinhá-lo na sua significação e alcance sociais. É ao livro que se torna preciso equipará-lo. O cinematógrafo é o livro dos que não sabem ler: livro maravilhosamente emocionante e sugestivo, ao mesmo tempo romance, tratado de história, compêndio de geografia, com que o analfabeto chora e ri, que instrui e educa o iletrado, que inesperadamente restitui a vista aos cegos e abre à ignorância o conhecimento súbito do mundo, com as suas civilizações e os seus fenómenos.» (In *Em Redor de um Grande Drama*).

1897 — Depois de publicação do romance *A Mulata*, que embora dedicado a escritores como Machado de Assis, Coelho Neto, João Ribeiro, Olavo Bilac, Filinto de Almeida, provoca celeuma nos meios literários brasileiros, Malheiro Dias regressa a Portugal e frequenta, nesse ano e nos dois anos seguintes, o Curso Superior de Letras. Foi ainda

- aluno da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e há umas reminiscências de cenário coimbrão em *Filho das Ervas*. Sessão inaugural (28 de Julho) da Academia Brasileira de Letras, sob a presidência de Machado de Assis.
- 1898 — Casamento, em 31 de Dezembro, com Luísa de Sousa Ribeiro de Abreu, de quem houve um filho (Luís Manuel, que se formaria em Medicina) e duas filhas (Maria Adelaide e Maria Luísa). Em 1937, publicará Malheiro Dias *Cartas de Amor à noiva* (1898-1899).
- 1899 — Administrador do 2.º Bairro do Porto.
- 1900 — Grandes comemorações do quarto centenário do achamento do Brasil. Morte de Eça de Queirós, de quem Malheiro Dias virá a ser apontado como «herdeiro».
- 1901 — Cisão do Partido Regenerador, em que militava Molheira Dias, e fundação, por João Franco, do Partido Regenerador-Liberal.
- 1902 — Deputado regenerador pelo círculo de Viana do Castelo e, mais tarde, pelo de Vila Real.
- 1903 — Chefe de gabinete do ministro das Obras Públicas, Conde de Paço-Vieira. Começa a publicar-se, tendo como director Rocha Martins, o semanário *Ilustração Portuguesa*, propriedade da empresa do jornal *O Século*.
- 1904 — Membro da Classe de Letras da Academia de Ciências de Lisboa.
- 1905 — Director da *Ilustração Portuguesa*. Para divulgar a revista, vai ao Rio de Janeiro. A 30 de Outubro, estreia no teatro D. Amélia da adaptação teatral do romance *O Grande Cagliostro*, com um cartaz de luxo: Augusto Rosa, António Pinheiro, Lucília Simões, Palmira Bastos. Aí mesmo D. Carlos condecora o autor com a *Ordem de Santiago*, tirando as insígnias do próprio peito. Também a República condecorará o escritor, que Governos estrangeiros

igualmente distinguem: o Brasil, com o grau de grande-oficial da Ordem do Cruzeiro do Sul; a Espanha, com a comenda de Isabel a Católica e de Afonso XII; a Bélgica, com o grau de cavaleiro do rei Leopoldo; a Suécia, com o grau de cavaleiro de Santo Olavo.

- 1906 — João Franco preside ao novo Governo.
- 1907 — Eleito para a Academia Brasileira de Letras (onde sucede a Eça de Queirós), por proposta de Euclides da Cunha, Olavo Bilac e Salvador de Mendonça. Viagem ao Rio, em missão jornalística e diplomática — preparativos para a visita de D. Carlos, no ano seguinte. Ditadura de João Franco.
- 1908 — Depois do regicídio de 1 de Fevereiro, D. Manuel sobe ao trono.
- 1909 — Elemento da delegação portuguesa, presidida por Eugénio de Castro, nos Jogos Florais Hispano-Portugueses, onde são premiados, entre outros, António Sardinha, Alberto de Monsaraz e Hipólito Raposo.
- 1910 — Nova ida ao Brasil, onde, no Rio de Janeiro, faz uma conferência sobre D. Carlos. Depois, em Londres, tem notícia da proclamação da República e é entrevistado para *The Daily Mail*, de 7 de Outubro: «An interview with a royalist deputy». Mais tarde, escreverá que «o que imediatamente, num sumário exame de consciência, concluimos, foi que a nossa carreira política se fechara perante a vitória republicana». Começa a publicar-se no Porto a revista *A Águia*, órgão da Renascença Portuguesa, a que Malheiro Dias dará algum escrito.
- 1911 — Promulgada em 20 de Abril a Lei da Separação das Igrejas e do Estado, em que Malheiro Dias vê um «gesto teatral» do ministro da Justiça, Afonso Costa, e «na lógica do seu temperamento». «Essa lei — escreve ainda — colocava-o em antagonismo com o maior poder espiritual da terra: a Igreja Católica. A

- grandeza do adversário engrandecia-o.» Em 19 de Junho, sessão de abertura da Assembleia Constituinte, sessão de que Malheiro Dias fará uma reportagem jornalística. Em 18 de Agosto, a Assembleia aprova a nova Constituição. Incursões monárquicas, sob o comando de Paiva Couceiro.
- 1912 — As forças monárquicas são vencidas no combate de Chaves, em 8 de Julho. Malheiro Dias visita no exílio (Saint-Jean-de-Luz) e entrevista Henrique de Paiva Couceiro, «que durante dezasseis meses, acantonado na Galiza, sobressaltara a República e em cujas mãos corajosas, afeitas a brandir a espada na guerra, estivera a Causa Monárquica». Em 21 de Dezembro, profere uma conferência no Grémio Literário, «A Espada ao Serviço do Amor e da Honra». O naufrágio do paquete *Titanic* dita a Malheiro Dias uma crónica memorável da *Zona de Tufões*.
- 1913 — A peça *Inimigas* sobe à cena no Teatro Nacional, em 18 de Abril. Aquilino Ribeiro publica *Jardim das Tormentas*, com uma carta-prefácio de Malheiro Dias, que parece ao novel autor um «salutar exemplo de tolerância a uma sociedade concentrada e retraída nas suas paixões». Considerando Aquilino «essencialmente, estruturalmente, um aristocrata», Malheiro Dias saúda-o como um «Cellini da prosa» e um «virtuoso do estilo», mesmo um discípulo de Eça, na «fina arte» e na «adjectivação elegantíssima». E reconhece que são para ele «inefáveis prazeres — e tão raros vão sendo — o poder admirar e saber estimar». Malheiro Dias fixa residência no Brasil.
- 1914 — Em Coimbra começa a publicar-se a revista *Nação Portuguesa*, órgão do Integralismo Lusitano. A I Guerra Mundial, que neste ano se declara, vai fornecer matéria-prima para crónicas do livro *A Esperança e a Morte*.

- 1915 — Malheiro Dias dirige *A Revista da Semana* do Rio de Janeiro. O modernismo do *Orpheu* agita as águas paradas das letras lusas e Boavida Portugal publica em volume, e com este título, o inquérito literário que fizera nas colunas do jornal *República*. Malheiro Dias responde em forma de carta e em palavras que ele próprio tem por «sombrias». A pobreza da nossa literatura «reside na impossibilidade em que se encontra o homem de letras de viver para a sua arte e da sua arte». Acrescenta que em Portugal não há vida literária, mas só «actividades literárias isoladas». Aparecimento do mensário luso-brasileiro *Atlântida*, dirigido por João de Barros e João do Rio (Paulo Barreto).
- 1916 — Entrada de Portugal na guerra.
- 1917 — Malheiro Dias funda, no Rio de Janeiro, a «revista semanal ilustrada» *Cruzeiro*. A convite da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, faz ele (28 de Setembro) uma conferência no salão nobre do *Jornal do Comércio*, «Rumo à Terra», em que o literato aborda um tema económico, como era o da imigração do rural português no Brasil.
- 1915 — Malheiro Dias colabora na Comissão Pró-Pátria, obra de assistência da colónia portuguesa no Brasil aos órfãos de guerra. Com o assassinio de Sidónio Pais, morre a esperança da República Nova.
- 1919 — Por proposta do ministro da Instrução, Leonardo Coimbra, Carlos Malheiro Dias é condecorado com o grau de grande oficial da Ordem de Cristo, em reconhecimento dos serviços relevantes prestados ao nosso País no Brasil. Também por iniciativa de Leonardo Coimbra, funda-se no Porto a Faculdade de Letras, notável pela qualidade de alguns dos seus professores e de alguns dos seus alunos. Em 6 de Setembro, numa sessão de homenagem a João do Rio (Paulo Barreto), Malheiro Dias discursa no

- Clube Ginástico Português: «Portugal-Brasil». Proclamação da efémera Monarquia do Norte e insurreição monárquica em Monsanto.
- 1920 — É lançado, no Rio, um prospecto de propaganda à projectada História da *Colonização Portuguesa do Brasil*. Ruptura dos integralistas com D. Manuel II.
- 1921 — Sai o 1.º volume da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, comemorativa do centenário da independência e publicada sob o alto patrocínio do Governo Português. A direcção e coordenação literária é de Carlos Malheiro Dias, a direcção artística de Roque Gameiro e a direcção cartográfica do Comandante Ernesto de Vasconcelos. Colaboradores: António Baião, Duarte Leite, F. M. Esteves Pereira, H. Lopes de Mendonça, Jaime Cortesão, Jordão de Freitas, Júlio Dantas, Luciano Pereira da Silva, Paulo Merêa, Pedro de Azevedo, Oliveira Lima.
- Em 15 de Outubro, aparece à venda o primeiro número da *Seara Nova*, «revista de doutrina e crítica». Como a contrariar o civismo desta publicação e a comprometer a República, a «noite sangrenta» do 19 de Outubro sacode o País, com o assassinio de conhecidos republicanos — Machado dos Santos, Carlos da Maia, António Granja, o mesmo António Granja que, em carta a Malheiro Dias, confessara um dia o seu «infinito amor a esta Pátria, tão trabalhada de males e que [lhe] parece caminhar sobre a baba duma aranha» e confessara ainda, como uma das suas «ambições supremas», morrer na sua terra e na sua casa, depois de «uma velhice tranquila».
- 1922 — Primeira travessia aérea do Atlântico Sul por Gago Coutinho e Sacadura Cabral. António José de Almeida visita oficialmente o Brasil. Tanto os aviadores como o político são saudados por Carlos Malheiro Dias. Em Fevereiro, realiza-se em São

Paulo a chamada «Semana de Arte Moderna». Neste clima de vanguarda e provocação se insere a conferência espectacular de António Ferro, «A Idade do Jazz-Band», que no Teatro Lírico do Rio de Janeiro é saudado (30 de Julho) por Carlos Malheiro Dias. O qual afirma em certa altura: «Ter fé na mocidade é ter fé na vida.» E acrescenta: «Pelo que se refere especialmente à mocidade portuguesa, a vossa geração é a primeira que pensa e canta entre as ruínas e os escombros de uma sociedade derrubada.» As palavras de Malheiro Dias prenunciam já a profissão de fé da *Exortação à Mocidade*. António Ferro assume a direcção da *Ilustração Portuguesa*, que (enquanto a administração lho consente) renova literária e graficamente.

1923 — A revista *Homens Livres* («livres das Finanças e dos Partidos») congrega precariamente integralistas e «seareiros», e anuncia entre os colaboradores Carlos Malheiro Dias.

1924 — Convidado por Eugénio de Castro, em nome da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a fazer uma conferência, de tema à sua escolha, na Sala dos Capelos, Malheiro Dias propõe-se lançar daí um apelo à juventude. Impedido de falar, pelo clima de ameaça de grupos radicais, Malheiro Dias imprime o texto da sua malograda conferência e dá-lhe o título de *Exortação à Mocidade*. Ela é motivo de polémica com António Sérgio, muito crítico para a mentalidade romântica e sebastianista de Malheiro Dias. Antero de Figueiredo, publicando neste ano o seu *D. Sebastião / Rei de Portugal*, dedica-o a Carlos Malheiro Dias, em lembrança da peregrinação que ambos fizeram, «numa tarde de Outono», à «campina trágica de Alcácer Quibir», lá «onde a nossa história foi tragédia». Começa a publicar-se a «revista de estudos portugueses» *Lusitânia*, que inscreve no corpo de redactores o nome de Carlos

- Malheiro Dias como responsável pela rubrica de «estudos luso-brasileiros».
- 1925 — Prossegue a polémica entre Malheiro Dias e António Sérgio sobre a questão sebástica. No rescaldo dessa polémica, Carlos Molheira Dias dedica o livro *O «Piedoso» e o «Desejado»* à memória de António Sardinha, nesse ano falecido. Em 28 de Fevereiro, o escritor faz testamento num notário do Porto, a favor de Selda Potocka Heisenstein, com quem casara em segundas núpcias e de quem não houve descendência.
- 1926 — Em 28 de Maio, um golpe de Estado põe termo à I República e institui uma ditadura militar.
- 1927 — Discurso de Malheiro Dias no 90.º aniversário da fundação do Gabinete Português de Leitura. Começa a publicar-se em Coimbra a revista do segundo modernismo, *Presença*.
- 1928 — Extinção da Faculdade de Letras do Porto.
- 1931 — Carlos Malheiro Dias presidente da Federação das Associações Portuguesas no Brasil.
- 1932 — Malheiro Dias é um dos oradores na sessão de homenagem (31 de Janeiro) a Ricardo Severo, engenheiro, arqueólogo e figura de relevo da colónia portuguesa. Salazar presidente do Conselho.
- 1933 — Discurso de Carlos Molheira Dias, comemorativo do 65.º aniversário do Liceu Literário Português e do lançamento da primeira pedra do novo edifício (10 de Setembro). Plebiscito da Constituição Portuguesa que institui o Estado Novo Corporativo. António Ferro preside aos destinos de Secretariado de Propaganda Nacional.
- 1934 — Malheiro Dias saúda no Gabinete Português de Leitura o Cardeal Cerejeira. Adoecendo gravemente, o escritor é hospitalizado.
- 1935 — Acompanhado do filho, Carlos Malheiro Dias regressa a Lisboa e é submetido a uma intervenção cirúrgica. O seu estado de saúde não lhe permite já

tomar posse do cargo de embaixador de Portugal em Madrid, para que fora nomeado por sugestão de António Ferro. O escritor vai-se apagando lentamente, na casa lisboeta que lhe oferecera a colónia portuguesa no Brasil.

- 1936 — Em 18 de Julho, começo da guerra civil espanhola.
- 1937 — Estado Novo brasileiro, liderado por Getúlio Vargas.
- 1939 — A 1 de Setembro, iniciam-se as hostilidades da II Guerra Mundial.
- 1940 — As Festas Centenárias assinalam o apogeu do Estado Novo português.
- 1941 — A 19 de Outubro, morre em Lisboa Carlos Malheiro Dias, sepultado no dia seguinte no cemitério do Lumiar. Aí fala Júlio Dantas, que diz que «nenhum dos romances de Malheiro Dias [...] é tão comovedor como o romance da sua própria vida». E depois de evocar o homem e o seu drama, defende que na sua obra «se conjugam o vigor de Camilo e a elegância de Eça, e em que todos os géneros se encontram opulentamente representados». E termina, protestando que não é aquele «pobre cemitério de toda a gente» o cenário para despedir-se de Malheiro Dias, mas o Panteão, onde o devia acolher a «gratidão nacional». Em 21, em fundo do *Diário de Notícias*, «O Último Grande Romântico», escreve Augusto de Castro: «Quero compará-lo a alguém e só encontro dois nomes [...]: Oliveira Martins e Camilo. Descendeu dos dois. Tinha o fulgor dum; a emotividade transbordante e fatídica do outro.»
- 1942 — A 5 de Agosto os restos mortais de Carlos Malheiro Dias são trasladados para Guimarães e depositados em jazigo de família. Segundo o relato de um semanário local, «o seu cadáver, vindo de Lisboa em camionete funerária, atravessou a cidade, um fim de

tarde, modestissimamente, levando apenas a seu lado uma ou duas pessoas de família».

- 1959 — Ainda em Guimarães, e na Sociedade Martins Sarmento, a Câmara Municipal promove uma homenagem à memória de escritores vimarenses — vimaranenses por nascimento ou coração —, entre eles Raul Brandão, Alfredo Pimenta e Carlos Malheiro Dias.
- 1975 — No centenário do nascimento do escritor, 1.^a edição portuguesa do romance *A Mulata*. A Academia Brasileira de Letras (em 13 de Novembro) evoca-o pela voz de Luís Forjaz Trigueiros, que afirma que «sempre, em Carlos Malheiro Dias, a pena do romancista foi a de um puro artista na visão pictória dos largos horizontes». Também o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realiza uma sessão de homenagem à memória de Carlos Malheiro Dias, em que é orador Marcello Caetano, que põe o acento tónico na obra histórica do escritor, para concluir que, «por muito valiosa que seja a sua restante obra, são os capítulos da História da *Colonização Portuguesa* que mais o dignificarão como homem de letras».
- 1987 — Publicação de um inédito, *Amor de Mulher*, romance inacabado.
- 1988 — A 24 de Junho, o espólio de Carlos Malheiro Dias é depositado pelos seus herdeiros, representados por Fernando Malheiro Dias, na Biblioteca Nacional para «ordenação, inventariação e catalogação».

BIBLIOGRAFIA

I – Obras Principais de Carlos Malheiro Dias

1. Literatura:

- Filho das Ervas* (romance), 1900.
Os Teles de Albergaria (romance), 1901.
Paixão de Maria do Céu (romance), 1902 (tradução castelhana de P. Blanco Suárez e prefácio de Aquilino Ribeiro), Madrid, 1922.
Cartas de Lisboa (crónica), 3 séries, 1904, 1905 e 1906.
O Grande Cagliostro (romance de que há uma adaptação teatral), 1905.
A Vencida (contos), 1907.
A Esperança e a Morte (crónicas), 1919.
A Verdade Nua (crónicas), 1920.
Amor de Mulher (romance inacabado), 1987.

2. História:

- Quem é o Rei de Portugal*, 1908.
Do Desafio à Debandada, 2 vols., I — *O Pesadelo*. II — *Xeque ao Rei*, 1912.
Zona de Tufões, 1912.
Em Redor de um Grande Drama/Subsídios para uma História da Sociedade Portuguesa — 1908/1911, 1913.

Entre Precipícios... (Crônicas Políticas dos Últimos Tempos), 1913.

História da Colonização Portuguesa do Brasil, 3 vols., 1921, 1923 e 1924 (direcção e coordenação literária de Carlos Malheiro Dias, que escreveu a introdução do 1.º vol., os estudos do 2.º vol. «A Semana de Vera Cruz», «A Expedição de 1501» e «A Expedição de 1503», a introdução do 3.º vol. e os estudos «A Metrópole e suas Conquistas nos Reinados de D. João III, D. Sebastião e Cardeal D. Henrique», «O Regime Feudal das Donatarias» e, em colaboração com António Baião, «A Expedição de Cristóvão Jacques».

O «Piedoso» e o «Desejado», 1925.

3. Doutrina e Ensaio:

Carta aos Estudantes Portugueses, s/d (1922).

Exortação à Mocidade, 1924 (nova ed., precedida de uma resposta à carta-prefácio de António Sérgio no seu livro *O Desejado*, 1925).

Um Ensaio sobre o Pintor Henrique Medina, 1934.

Pensadores Brasileiros, 1934 (antologia precedida de um breve estudo sobre cada um dos autores apresentados).

4. Vária:

Tradução de *Vamos com Ele!*, novela do tempo de Cristo, de Henryk Sienkiewicz, 1901.

Carta-prefácio a *Ambrósio das Mercês* de Aníbal Soares, 1903.

Carta-prefácio a *Jardim das Tormentas* de Aquilino Ribeiro, 1913.

Carta-prefácio a *Brava Gente* de Elycio de Carvalho, 1921.

Orações e Conferências, s/d (1936?).

Ciclorama Crítico de um Tempo (antologia de Carlos Malheiro Dias), 1982.

Em Redor de um Grande Drama (antologia de Carlos Malheiro Dias), 1985.

II – Escritos sobre Carlos Malheiro Dias

Alexandre Pinheiro Torres, prefácio ao romance *A Mulata*, Arcádia, Lisboa, 1975.

Álvaro Pinto, «Carlos Malheiro Dias — Apontamentos para a história de seus últimos anos de vida dramática», in *Ocidente*, vol. XV, n.º 43, Nov. de 1941, pp. 146-156.

Anónimo (Artur Portela?), in *Diário de Lisboa*, 17.5.1939.
António Quadros, Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista, 2.º vol., Guimarães Editores, Lisboa, 1983, p. 48 e ss.

António Sérgio, *O Desejado. Depoimentos de contemporâneos de D. Sebastião sobre este mesmo rei e sua jornada de África, precedida de uma carta-prefácio a Carlos Malheiro Dias*, Lisboa, 1924.

Ed., *Tréplica a Carlos Malheiro Dias sobre a Questão do Desejado*, Lisboa, 1925.

Aquilino Ribeiro, in *Atlântida*, n.º 20, Ano II, 15 de Junho de 1917, pp. 630-640 (este estudo sobre a ficção de Malheiro Dias serviu de prefácio à tradução castelhana de *Paixão de Maria do Céu*).

Augusto de Castro, «O Último Grande Romântico», in *Diário de Notícias*, 21.10.1941 (texto depois incluído em *Homens e Sombras*, Lisboa, s/d).

Feliciano Ramos, «A experiência literária de Malheiro Dias como romancista», in *Estudos de História Literária do Século XX*, Lisboa, 1958, pp. 67-91.

Fialho de Almeida, *Figuras de Destaque*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1923, pp. 89-91.

- Hernâni Cidade, verbete in *Dicionário de Literatura* (dir. de Jacinto do Prado Coelho), 1.º vol., Livraria Figueirinhas, Porto, 1969, pp. 262-263.
- J. Preto Pacheco, *D. Sebastião/À Margem duma Polémica*, Porto, 1928.
- Jaime Eduardo Ramalhete Neves, *Génese, Perfeição e Significado da «Paixão de Maria do Céu»*. Dissertação para a Licenciatura em Filologia Românica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1966 (160 pp. policop.).
- Jaime Nogueira Pinto, «Polémicas de António Sérgio», in *As Grandes Polémicas Portuguesas*, II vol., Séculos XIX-XX, Editorial Verbo, Lisboa, 1967 (cf. pp. 429-432).
- João Bigotte Chorão, «Carlos Malheiro Dias: introdução a um espólio», in *Revista da Biblioteca Nacional*, S. 2, vol. 3, n.º 2, Maio-Agosto de 1988, pp. 183-184. Id., «Cartas inéditas de Aquilino Ribeiro a Carlos Malheiro Dias», apresentadas por..., in *Colóquio / Letras*, n.º 106, Nov.-Dez. 1988, p. 58 e ss.
- Id., «Carta a Carlos Malheiro Dias», in *Leonardo*, Sol de 1989. pp. 78-79.
- Id., «Carlos Malheiro Dias: o sobrevivente de si própria», in *Revista da Biblioteca Nacional*, S. 2, vol. 6 (2), 1991, pp. 53-60.
- João Gaspar Simões, *Crítica I — A Prosa e o Romance Contemporâneos*, Livraria Latina, Porto, 1942, pp. 166-173.
- Id., *Perspectiva Histórica da Ficção Portuguesa — Das Origens ao Século XX*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988, pp. 651-670.
- João Luso, *Lowvres*, Ed. Dois Mundos, Rio de Janeiro — Lisboa, 1946, pp. 241-250.
- João Palma-Ferreira, verbete in *Dicionário Biográfico Universal de Autores*, Artis, Lisboa, 1976 vol. 3, pp. 2001-2002.

- Joaquim Costa, «Carlos Malheiro Dias», in *O Tripeiro*, V Série, Ano III, n.º 10, Porto, Fevereiro de 1948, pp. 217-218.
- Joaquim Paço d'Arcos, «Carlos Malheiro Dias, Escritor Luso-Brasileiro». Comunicação apresentada ao Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, em Salvador, Baía, em Agosto de 1959 e publicada na revista *Ocidente*, de que há separata, Lisboa, 1961 (texto incluído em *Pedras à Beira da Estrada/Notas e Perfis /1929-1971*, Guimarães Editores, Lisboa, 1971, pp. 103-198.
- José Martins Garcia, *Para uma Literatura Açoriana*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1987, cap. «Prefácios a Estreantes» (Aquilino e Nemésio), pp. 37-65.
- Josué Montello, «Um esquecido: Carlos Malheiro Dias», in *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Outono de 1975.
- Júlio Dantas, *Os Galos de Apolo*, Portugal-Brasil, Lisboa (1921), pp. 125-129.
- Lopes de Oliveira, in *Vida Mundial Ilustrada*, n.º 154, 27.4.1944, p. 16.
- Luís Forjaz Trigueiros, *Perspectivas (1954-1961)*, Editorial Aster, Lisboa, 1961.
- Id., verbete in *Verbo — Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 6, cols. 1292-1293, Lisboa, 1967.
- Id., «Carlos Malheiro Dias, Romancista e Cronista», in *Palavras na Academia Brasileira de Letras /1975-1978*, Lisboa, 1981, pp. 9-21.
- Id., introdução a *Os Teles de Albergaria*, vol. da colecção «Romances Portugueses — Obras-primas do Séc. XX», Círculo de Leitores, Lisboa, 1987.
- Marcello Caetano, «Carlos Malheiro Dias, Historiador», in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.º 309, Out.-Dez. 1975, pp. 269-282.
- Mário de Castro, «Resposta dum exortado a um nobre exortador», in *Seara Nova*, n.º 37, 1924.

- Mário Mesquita, «A Vocação de Jornalista em Carlos Malheiro Dias», introdução à antologia *Ciclorama Crítico de um Tempo*, Vega, Lisboa, 1982.
- Norberto Lopes, «Raul Brandão e Malheiro Dias», in *Diário de Notícias*, 13.8.1982.
- Óscar Lopes, *Entre Fialho e Nemésio*, 2 vols., Imprensa Nacional — *Casa da Moeda*, Lisboa, 1987 (v., no 1.º vol., pp. 431-439).
- Rafael Gomes Filipe, introdução à antologia *Em Redor de um Grande Drama*, Vega, Lisboa, 1985.
- Id., «Um inédito apaixonante de Carlos Malheiro Dias», in *Diário Popular*, Lisboa, 13.1.1988.
- Urbano Tavares Rodrigues, prefácio a *Amor de Mulher*, Vega, Lisboa, 1987.
- Victor de Sousa Garcia, *A Exortação à Mocidade de Malheiro Dias/Sentido Actual de uma Obra e de uma Doutrina*, Lisboa, 1954.

ANTOLOGIA

IDEIAS! IDEIAS!

[...] Mas há um instante que uma vozeria confusa se elevou no âmbito da noite, de mistura com o badalar ecoante dos sinos.

Já outros toques de clarim vibram, imperiosos, nessa linguagem estrídula dos combates, inventada para abafar os gemidos dos feridos e atravessar o rumor estralejante das descargas.

Um relógio de torre bateu devagar as quatro horas. Pelas fendas das janelas nenhuma luz ainda transpirava. Prosseguiam os toques de clarim. Recrudescia o vozear da multidão. Agora, a cada momento, o tropel de cavalos fere as lages da rua. Às vezes um relincho sobe, com um rumor de espadas sacudidas sobre selins. Os sinos das torres da Lapa ululam sempre, entoando o alarme de uma revolução ou de imensa catástrofe.

Albergaria volta a sentar-se na cama, com o queixo sobre os joelhos flectidos, procurando deslocar do borborinho crescente um grito ou uma voz reveladora.

Mas só os sinos clamavam o seu misterioso alarme, acima do rumor que enchia a noite como a ressaca de um mar enfurecido contra as penedias de uma praia, ou o rufar amplo e ruidoso de mil tambores numa planície.

Lentamente, Albergaria ia acostumando o espírito à terrível verdade. Pelas ruas, àquelas horas mortas, estava-se gerando um motim ou preparando uma revolta.

Mas quedava perplexo. Revolta de quem e contra quê? Vira o liberalismo anarquizado por trinta anos de constantes revelias de chefes inquietos, com a soldadesca amotinada, pegando em armas à voz de cada general que acenasse com uma espada a uma ambição; com tumultos explodindo nas casernas à palavra mais sôfrega de um ministro ou à proclamação mais desvairada de um demagogo. Fora a infância turbulenta e irrequieta de novo sistema político, nos primeiros embates de interesses opostos de uma sociedade velha, liquidando perante uma sociedade nova. E o reino recaíra, enfim, na paz de quem dorme sobre uma vitória, recolhendo à bainha o gládio das guerras. D. Maria II, D. Pedro V, D. Luís I, cada um por sua vez morrerá. Três reinados tinham radicado o liberalismo revolucionário de 1820 num sistema político débil, contaminado pela rivalidades das facções e pelos interesses dos partidos. Socialmente, o liberalismo falira. Por um momento o país entrevira o imenso ludíbrio. Mas com as suas cóleras tinha apenas conseguido derrubar um ministério. Depois de 11 de Janeiro a tempestade serena. Só em Setembro a agitação popular ressurgiu contra o tratado de Agosto. Os analfabetos gritam, os letrados gritam, a mocidade grita. Mas a hora da grande revolta passara. Uma magoada resignação acaba de estancar os últimos refervos da ira. Espoliada por sua culpa e fraqueza, a nação está reflectindo sobre os erros passados. Por todas as almas perpassa um grave compromisso de regeneração. O povo vai vigiar de perto a obra dos governos, mandar que o instrua, exigir que o moralizem. E de repente, aqueles sinos tocando a rebate, os clarins chamando à guerra, o povo agitando-se na escuridão da noite de Janeiro...

Para que tângem os sinos, vibram os clarins e se agita o povo? E o filósofo, com as magras mãos na cabeça, reflecte e cisma.

Qual a aspiração desse povo, ainda ontem desorientado e pusilânime, sem a consciência dos seus ideais e dos seus direitos, que vai entrar numa refrega e tentar outra vez a rixa sanguinária, para que a justiça e a felicidade triunfem? E ele sente-o agitar-se, engrossar a cada minuto, encher as ruas às horas do sono, desperto para a trágica tarefa, decidido a recomeçar a luta de há sessenta anos, o derramar o seu sangue e sacrificar a sua vida!

A cada momento um turbilhão de vozes grita uma palavra confusa; o relinchar dos cavalos é mais vivo, o canto dos clarins mais estridente, o tinido das armas mais distinto. O tempo vai passando; e já um clarão leve de aurora se infiltra pela janelas, alumando o quarto.

A milagrosa Senhora do Rosário surge na sua peanha doirada, com o fio de contas de ouro pendente dos dedos finos e o seu sorriso que já sorriu para tanta guerra.

O velho ergue-se, endireita no grande leito, sob o dossel de damasco, os membros descamados. Os seus braços procuram o apoio da parede e as colunas de bilros, a que apegar-se em lentos passos, cambaleia pela sala, vai buscar o amparo da mesa. As suas velhas mãos folheiam a obra inútil em que se consumiu a sua existência. Outra obra se estava iniciando ao álgido luar da madrugada, entre o ressoar das armas e os pregões ensurdecidos dos sinos... Uma dor enorme acabrunha-o perante mais aquele infortúnio que o destino reservava à sua velha vida.

Tremulamente, caminha para a janela, abre os taipais e as vidraças. E é então o aparecimento de uma madrugada fria e húmida, encharcada de neblinas, que um sol ainda longínquo vai erguendo devagar sobre os telhados, como a subida lenta de um pano de teatro. Tolhido pelo frio, ele recua, afoga mais ao peito transido as abas do capote. Mas uma fascinação invencível arroja-o de novo para a varanda, sobre a pedra, contém-no debruçado no peitoril de ferro.

Os seus olhos distinguem por entre a baça névoa o inquieto formigueiro que se agita ao alto da rua, por toda a extensão de Santo Ovídio. Clarins transmitem ordens de

marcha e ouve-se a sonoridade ainda abafada de um hino, que bocas de metal estão cantando a meio do confuso rumor das aclamações. Logo depois, o formigueiro humano começa a deslocar-se, cresce e ascende por entre o nevoeiro. O ruído de passos de uma multidão em movimento invade a rua do Almada. Um colossal clamor, vindo do Campo, sobe nos enevoados ares, como a aclamação de um povo de crentes a uma divindade prestigiosa:

— Viva a república!

E em turbilhões dispersos o brado ecoa:

— Viva a república! Viva a república!

Bandos de garotos, desvairados por aquele brinquedo monstruoso, correm à frente. Uma banda de música vem tocando desordenadamente a *Portuguesa*. Tambores rufam atrás — e ainda os ríspidos gritos das cornetas varavam o estrépito amplo e solene dos metais, entre o tropear cadenciado dos regimentos, o escoicinhar barulhento dos cavalos, os tinidos dos sabres e as vozes roucas dos comandos.

E a neblina espessa, descendo dos espaços melancólicos, envolve o cortejo como uma visão de pesadelo.

Do campo de parada do quartel vem o tropear seco e regular das companhias, postas em marcha sobre os paralelepípedos ressoantes. Sob o céu pálido, na rua estreita, já linhas de baionetas fulgem; e parece um préstito de triunfo aquela procissão de homens em armas, escoltados pelo povo que canta, acompanhando o hino num clamor orfeónico de vitória:

Heróis do mar, nobre povo...

A multidão precipita-se, barafustando e gritando. Incessantemente, sem a pausa de um fôlego, o grito reboa entre a neblina, excitando os soldados:

— Viva a república!

Os sinos da Lapa tangem a rebate, clamorosamente, levando o alarme aos bairros ainda adormecidos da cidade.

A vozeria sobe, ensurdecidora, como se a mesma rua, como uma goela hiante, a estivesse despejando num sopro de tempestade. Os soldados berram, embriagados pelo tumulto, aquecidos pela aguardente criminosa dos amotinadores. Grupos entoam sempre em coro a *Portuguesa*; outros acenam com os lenços, seiras de ferramenta e os chapéus, erguendo os braços habituados ao martelo e ao escopro, apregoando uma misteriosa palavra latina! Entre o relinchar dos cavalos, o remoer impaciente dos freios e o raspar das ferraduras nas pedras, cornetas doidas cantam a aleluia da revolta, e os ternos de tambores rufam sem compasso e sem paragem. Nos altos prédios escuros e silenciosos vão-se abrindo janelas; luzes surgem através de todas as vidraças. Vultos estremunhados e atónitos debruçam-se pelas varandas. E a epidémica loucura propaga-se, vai rolando na manhã baça como um magnético fluido. Em frente, numa trapeira, há duas mulheres morenas e em camisa, que batem palmas, como num espectáculo. Homens passam na rua brandindo machados. Um velho ergue um archote alcatroado que fumeja, abrindo um grande sulco negro no nevoeiro. A banda do 10 de Infantaria avança em duas linhas, estrugindo os acordes da Portuguesa. Um arrepio melancólico de fado perpassa nos andantes triunfais do monótono hino. Os músicos vão baloiçando, na ondulante cadência da marcha, como à cabeça florida de um préstito. E passam atrás os ternos dos tambores, agitando as vaquetas num frenesi de festa, os capacetes para a nuca, presos sobre o queixo pela correia; e logo corneteiros adolescentes incham as bochechas, soprando um *marche-marche* descompassado, numa convicção cândida de inocentes.

As primeiras fileiras de soldados saem da névoa, adiantam-se em companhias compactas e escuras, onde apenas avivam as divisas dos sargentos entre a sombria uniformidade das capotes. E tudo por momentos se mistura, envolve, ondeia a meio da bruma, oscila, pára e rompe, com a cintilante ondulação das baionetas, como um enxurro

humano que rompeu as comportas da disciplina e da lei, ao som do hino sentimental e tristonho, que roucas vozes vão entoando em coro na neblina.

*Nação valente e imortal
Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal...*

Debruçado na varanda, o filósofo, embuçado no capote, contempla a cena estranha com um olhar de reprovação e de assombro. Era ainda uma vez a ilusão que passava, a crise aguda da esperança no seu paroxismo, com a conturbante noção de pátria apreendida nas disciplinas bárbaras da caserna, antecipando no coração bronco do soldado o sacrifício por um vago símbolo ao amor das famílias e dos filhos. O soldado árbitro das sociedades! A caserna derimindo as questões sociais! A ideia governada pela tarimba! A luz ofuscada pelo fogo!

Para a morte! Para a morte! Morrer por essa misteriosa palavra de república, com as cartucheiras munidas de metralha! E todos eles, ontem moços de lavoura e operários, gente humilde da terra e da beira-mar, de mãos calejadas no arado, na ferramenta e no remo — tendo feito a aprendizagem da morte nos quartéis, vão experimentar enfim as espingardas e cumprir a missão heróica de matar!

Os tambores rufam, numa epilepsia de vaquetas sobre as peles dos tampos; cornetas exasperadas gritam; farrapos do hino ascendem no rumor rítmico da marcha.

E só em vê-los, a meio do seu delírio, se adivinha a falta de plano que os uniu, a ausência de ideia que os juntou, debandando em tropel, amotinados, por uma manhã nevoenta de Janeiro, como um rebanho mugidor levado ao matadouro.

Ia enfim renovar-se a tradicional sangueira, recomeçar a sinistra e sanguinária tarefa da revolução. Mais uma vez o sonho dos homens ia ser levado pelo mão da velha hidra. E os olhos do visionário vão de um soldado a outro, de fileira

a fileira, absortos na contemplação daqueles homens, na maioria imberbes, avançando de cabeça alta e olhos risonhos, batendo cadenciadamente a marcha da ordenança, contentes de se sentirem aclamados, como um bando de heróis libertadores que é mandado a defender uma fronteira, impedir a invasão de um inimigo... Só às vezes uns olhos inquietos e tristes deslizam, onde o receio do fogo e do perigo pôs um esgaseamento leve. Mas esses mesmos marcham a compasso, levados no contágio impetuoso das fileiras, na estridência atordoadora da música e dos gritos.

Já as fardas de Infantaria 10 e 18 brilham na fosca monotonia das fileiras, com o tom alegre dos seus vivos encarnados; e percebe-se vagamente, entre a neblina, os fulgores brancos dos sabres da cavalaria, que avança atrás, devagar, por entre o povo.

Agora, toda a rua está em festa, de janelas abertas. Um frenesi de aclamações contagia todos os espectadores. Lenços acenam em cada andar, ao alto dos peitoris e das varandas. Uma criança loira, ainda rosada do sono, ri contente ao colo da criada; e um velho de aspecto austero, de pé numa janela, entre as cortinas de renda, aplaude e aprova também, meneando a cabeça.

Naquele vento impetuoso de loucura, que desorienta os espíritos, o filósofo sente-se oprimido de terror e de angústia, ergue desvairadamente para o céu brumoso os braços ressequidos.

Os chefes! Onde estavam os chefes? Qual era o pensamento que conseguira desagregar dos quartéis aquele bando homicida de homens em armas? Que ideia vai entre aqueles batalhões, guia por entre a névoa aqueles sublevados? Que vão melhorar com os seus clamores, entre o delírio bestial e torvo da canalha? Qual é o seu amanhã? Que vão eles construir — os soldados e o povo, a calceta e a caserna — sobre os escombros sanguinosos da revolta? E qual foi, qual foi o taciturno cérebro que meditou no silêncio o largo plano regenerador dessa república, que os

soldados vão aclamar pela madrugada, à ponta das baionetas, numa cidade ainda adormecida?

O sangue do pai, morto por aquele sonho que a soldadesca inconsciente ia agredir, alvoroça a velha múmia, de revoltosos cabelos encanecidos.

E em voz rouca, o filósofo gesticula e berra aos soldados que passam, baloiçando os braços entre o nevoeiro:

— Que importa a república, se o mal está convosco? Ides combater a lepra e sois uns leprosos! Que importa a república, se vós ides gangrenar a república? Saber matar não basta! Antes soubésseis ler! Para os quartéis! Para os quartéis!

Mas os clamores abafam-lhe os gritos como um grande mar correndo sobre areias.

E o corpo mirrado, de pé na alta varanda, sacode os braços nus, em grandes gestos, pela névoa, baloiçando no peito uma corrente de ouro. A voz vai-se-lhe tornando áfona, como se fora um manequim que abrisse a boca; e todo o seu corpo oscila, com as mãos crispadas em desespero no peitoril de ferro da sacada. Já em frente, pelas varandas e janelas, há curiosa gente a contemplá-lo, na surpresa de ver surgir de repente, na casa abandonada e solitária, aquela múmia abençoando os soldados; e um oficial que passa, agitando uma espada nua, cuidando que aquele espectro trágico e fremente o aprova e aplaude, saúda-o com a espada, como a um velho deus padroeiro e votivo!

É quase um adolescente, moço e grave, como os lendários generais da revolução, com o ar inspirado e veemente do retracto de Joaquim Teles Lobo.

Aquela criança, agitando a sua espada, levava talvez no coração a fé prodigiosa que gera os milagres! Para que descrever e desesperar? Do seio da catástrofe ia nascer — quem sabe? — o velho prodígio esperado! Aqueles soldados que passam vão pagar o crime de todo um povo, com a onda vermelha do seu sangue, engrandecida no próprio horror do seu desastre e do seu sacrifício! E a lição

tremenda, aquele holocausto cruel, iria levar o alarme a todas as consciências, erguer da inércia criminosa o povo inteiro, preparar, com o seu prólogo de sangue, a obra grande da regeneração nacional! Mas outra vez, desenfreados clamores enchem a rua:

— Viva a república! Viva a república!

E de novo um grande frio passa na alma do velho pensador, varrendo-lhe todas as esperanças.

Era aquela a salvação para que eles caminhavam: a criança de espada nua e os soldados armados?

Então, em desvario, o filósofo precipita-se para a mesa, onde a *Obra* se amontoa, como um tesoiro estéril. Os seus trémulos braços estendem-se para os manuscritos, acolhem ao peito, com desvairado ímpeto, um montão pesadíssimo de in-fólios. E arrastando-se oprimido, toma de novo o caminho da varanda.

As aclamações estrugem mais alto. Sempre, num coro atoador, o brado ecoa:

— Viva a república! Viva a república!

E o filósofo responde, despegando do peito as convulsivas mãos e arremessando à rua, sobre os soldados, trinta anos de reflexão e de trabalho:

— Ideias! Ideias!

Outra vez, num crescente delírio, volta à mesa, bota as mãos descarnadas ao tesoiro. Eram agora a *Reforma do Código Civil, os Relatórios sobre o Problema Agrário*, a maior parte da *Reforma do Ensino*, que as mãos mirradas semeavam, em arrebatados gestos, sobre a rua.

Já as palavras se lhe somem, expedidas por uma garganta onde a voz desfalece; e só a cada gesto largo de semeador, que lhe sacode, como um vento de inspiração, a juba branca, ele consegue articular o seu grito de apóstolo:

— Ideias! Ideias!

E era uma derrocada incessante de in-fólios, revolteando no ar, abatendo na calçada, de folhas abertas, como grandes aves feridas. O manuscrito da *Reforma do Ensino* cai entre as fileiras dos soldados, logo espesinhado, roto, enrodilhado

nas botas. Um cavalo destroça, à passagem, o grosso volume do *Código Civil*. Gente de pé, nas janelas fronteiras, olha com assombro aquela tarefa da alucinada múmia. Com os olhos cintilantes, a voz asfixiada, o filósofo brada ainda:

— Ideias! Ideias!

Mas de repente, as trémulas mãos largam os últimos manuscritos, agitam-se no ar, refluem crispados até ao peito, num gesto de sufocação e de dor. Um estertoroso grito arregança-lhe a boca — e o corpo mirrado cai ao desamparo, enfiando pelas grades de ferro os braços magros, cujas mãos ficam pendulando sobre a rua.

A cavalaria acaba de passar, de espadas nuas, num grande fragor de guerra. E ainda de longe, da testeira do préstito, que vira já para a Praça Nova, o ressoante coro sobe entre a névoa, entoando o hino, num clamor orfeónico de vitória:

*Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal...*

[De *Os Teles de Albergaria*]

VERGONHA! VERGONHA!

[...] Por fim, o cais de Belém apareceu, com a torre ao fundo, molhando na água os alicerces, e o convento dos Jerónimos rendilhando a neblina com os seus coruchéus e rosáceas. Espraiaava-se em frente um grande largo, com arvoredo de jardins e belvederes de palácios, que se sucediam até ao longe. Frades de pedra hasteavam braços curvos de ferro, que sustinham lampeões. Seges e berlindas estacionavam a distância, entre uma confusão de lacaios, bolieiros e moços de estribeira; e dois talhões de casaria, como proas de naus, cortavam o espaçoso terreiro, elevando para as nuvens as mansardas e tristegas pombalinas coalhadas de gente. Uma multidão estupefacta e silenciosa olhava a esquadra toucada de flâmulas, seguia a manobra dos panejamentos, o içar das latinas e bujarronas, o impar das velas brancas que estalavam à aragem e se iam arredondando como esferas.

Sepúlveda fez parar a cadeirinha sob o alpendre do almoxarife de Belém e estacou na caminhada ofegante, espalhando em redor o olhar sobranceiro.

Em uma área enorme amontoavam-se pelos atasqueiros as arcas, os baús e os móveis, em confusão e a esmo, como os salvados de um naufrágio. Carroças e padiolas eram descarregadas num frenesi de saque. E quando Sepúlveda recordava o enxame de carros que seguiam desde o Rossio,

ao comprido do cais, parecia-lhe que nunca mais ia cessar o despejo da cidade; que de Lisboa ia alargar-se pelas províncias, até que todo o reino fosse por sua vez arremessado às barcaças, embarcado nas naus, lançado ao Atlântico como a imundície da Europa. Caminhando por entre o povo, ele analisava tudo em redor com um assombro magoado: — as galeotas e bergantins reais, com os baldaquinos e dosséis franjados; o almoxarife que dava ordem aos carregadores, com os sapatos de fivela atolados na lama; dois negros que passavam, arquejando e bufando sob um fardo de panos de Arras. Grandes arcas atafulhadas de livros eram arremessadas do cais para as fragatas. Fechaduras estalavam na queda; as arcas derramavam sobre os conveses os volumes da biblioteca de Diogo Barbosa, que o Regente iletrado conduzia consigo, para o desterro, como um sábio.

Um vento de loucura ensandecera a povoação dos paços. De mistura com alfaias da sala do trono embarcavam catres da criadagem, enxergas, todos os intestinos grossos de um palácio de reis, num estendal de feira indecorosa, que exauria no povo o prestígio da realeza. Cadeiras, onde se haviam sentado princesas e embaixadores, eram conduzidas às costas suadas dos negros, lançadas do cais, em atropelo, como se o pavor se houvesse propagado desde os menores aos escravos, em furiosíssima e grotesca desordem. Escombros e destroços juncavam o terreiro. Num aviário imenso, de gradaria doirada, dúzias de passarinhos das Ilhas, da infanta D. Maria Benedita, jaziam mortos, num flácido monte de asas e penugens, depois de uma noite ao frio.

Sepúlveda, quieto e embrulhado na capa, contemplava os navios, as corpulentas naus flanqueadas de canhões, os troços de soldados que abordavam às galeras, e evocara, pensativo, as descrições do cabreiro de Tremês.

Ao tempo em que um exército de lázaros, as legiões em debandada e em farrapos, arrastando cavalos trôpegos, artilharias desmontadas e armas ferrugentas atravessava as lezírias com água pelo joelho, o Regente, apoiado pelos

ministros, empurrado e aconselhado pela nobreza, atulhava apressadamente cruzados, diamantes e roupas nas arcas, e abandonava a nação, levando-lhe as esquadras e os bens...

Matavam-se com um cajado! dissera o pastor; caíam como moribundos pelo caminhos! E tudo debandava em pânico, como animais fugidos de uma floresta incendiada, à frente dessas águias temerosas, que a essa hora os aldeões da Beira podiam estar depenando nas fossas ou cozinhando nas marmitas como galinhas!

Achegando ao corpo, com as mãos trémulas, a capa que o vento desfraldava, Sepúlveda acusava-se de ter cedido às exortações do governador, não ter corrido à Beira com mil homens a sustentar a invasão.

Fugir! quando naquele instante ainda, fazendo desembarcar as tropas, sobrava tempo para marchar sobre Abrantes, Santarém ou Azambuja, esmagar aquele tropel faminto de lázaros, diante do qual os reis e as dinastias abalavam!

Em volta dele, pelo cais, pelo largo, até à Junqueira, um alevanto e alarido, a princípio confusos, depois estridentes, propagaram-se, como um pegão de vento ao atravessar as ramagens de um montado.

Sepúlveda sentiu-se impelido na onda para os lados do convento, e só então quase asfixiado pelo povoléu, que o levava na corrente como um tronco inerte, recobrou consciência, encheu de ar os pulmões, rompeu contra o magote em direcção da cadeirinha.

Maria do Céu, aflita, julgando-o perdido, pusera-se de pé, para melhor o reconhecer e chamar.

Sepúlveda acabou por avistá-la, com a sua coifazinha de marabú tremulando ao vento.

O despotismo do senhor, desencadeado na sua alma em cólera, atirava-o contra a torrente abrindo brecha naquelas muralhas humanas como um aríete de bronze.

— Senhor pai, vinde ver daqui! É a família real! Já se enxergam os coches!

E Maria do Céu batia as mãos, enlevada na contemplação do espectáculo.

Então Sepúlveda, esbaforido e arfante, parou e voltou-se. No grande espaço vago do terreiro, apenas grupos de mendigos, crianças e mulheres tinham conseguido acercar-se do cais. A multidão que lhe embaraçara o caminho fora rebatida e amoiroada contra as paredes das casas, em coalhos zumbidores e inquietos. Já se ouvia o rodar de uma sege amarela, conduzida a duas parelhas, que avançava pela estrada de Queluz. As galeotas tinham atracado ao pontilhão de pedra. Dois sargentos da Polícia afastavam o povo, faziam retroceder os carros de bois que descarregavam bagagens. Os seus olhos iam ao longe procurar as naus, retrocediam à amurada do cais, onde mulheres rodeadas de crianças esperavam a vez de embarcar, embrulhadas nos capotes vermelhos, sentadas em almafreixes, arcas e baús de pregaria. Dois frades deslizavam pachorrentos, com as fimbrias dos hábitos ensopadas em lama e as longas camândulas à cinta. Os galegos e os negros estavam agora ocupados, sob as ordens do almoxarife, em estender sobre os atoledos grandes pranchas de madeira; e das berlindas distantes apeavam-se idosos fidalgos, apoiados ao ombro dos lacaios.

A sege amarela adiantou-se, afroixando a andadura. Sepúlveda estendeu o pescoço.

A voz juvenil e fresca de Maria do Céu gritou, num enlevado júbilo:

— Senhor pai, é Sua Alteza que desce!

Sepúlveda viu abrir a portinhola, cair o estribo, um entroncado vulto apear, com um redingote verde e a banda vermelha de Cristo. Reconheceu o príncipe do Brasil, envelhecido naqueles vinte anos em que o não vira, com o grosso beijo pendente, o mesmo olhar tristonho e bondoso, agora mais corpulento e obeso, com um grande bicórnio negro sobre o cabelo empoado. Atrás dele desembarcou o infante de Espanha, D. Pedro, e um criado. A sege rodou. O Regente ficou de pé, ao lado do sobrinho, numa atitude

absorta, à espera do marquês de Abrantes, que se adiantava, descoberto e dobrado.

Num instante, os ministros e os nobres o rodearam em silêncio, lhe beijaram a mão papuda, que ele abandonava distraído, olhando em volta, muito pálido.

Pouco a pouco, do mais próximo ajuntamento de povo, foram-se deslocando alguns homens e mulheres. Um velho ajoelhou, apoderou-se da mão do Regente, cobriu-lha de beijos sôfregos. No grande silêncio ouviam-se rodar outras seges, num rumor crescente.

Então, Sepúlveda sentiu que os olhos se lhe obscureciam de lágrimas.

No momento em que o Príncipe, seguido pelo infante de Espanha, pelo criado e pelos sargentos da Polícia, se adiantava sobre as pranchas de madeira, afastando brandamente o povo que lhe abraçava as pernas, se ajoelhava na sua frente, se prosternava na lama, Sepúlveda precipitou-se, descoberto, atravessou o lamaçal, ajoelhou também na passagem do Regente.

E o morgado sentiu que toda a sua cólera se esvaia, quando nos seus olhos ainda acusadores poisaram os olhos lacrimosos do príncipe do Brasil e lhe viu o grande beijo tremer, como no balbucio humilde de uma desculpa.

Devagar, ergueu-se, ainda a tempo de o ver partir, levado até ao pontilhão nos braços de um policia, com a barriga de clérigo e a grossa castanha empoadada pendente da nuca.

Outra berlinda acabava de chegar, donde se apeou sem ajuda, desfigurada e hirta, com um duro semblante, a princesa D. Carlota Joaquina, seguida das infantas D. Maria Teresa, D. Maria Isabel e D. Maria Francisca e dos príncipes D. Pedro e D. Miguel. Chegaram ainda as infantas pequenas, D. Isabel Maria, D. Maria de Assunção e D. Ana de Jesus Maria, esta com onze meses, gritando no colo da ama, as outras duas nos braços das aias, chorando convulsamente.

Toda aquela prole real foi levada nos braços dos pilotos e dos sargentos até às galeotas, sem cerimónias e etiquetas. Só a princesa regente, com o seu olhar de aventureira e a face

cansada de Messalina, atravessou o lameiro, lenta e desdenhosa, com enormes pendants de brilhantes e pérolas nas orelhas trigueiras, sob o basto cabelo crespo de leoa.

Recomeçara a chover; outra berlinda avançou. E de repente, uma voz estrangulada e espavorida rompeu da nova sege, gritando:

— Al fuego! Al fuego d’infierno! Todos al infierno! Sepúlveda estava sufocado, como um homem que esgotou a medida do pasmo e do terror. Ondas de sangue em turbacão afluíam-lhe à cabeça, ao avistar a Rainha esbracejando entre as damas de honor como um espantalho medonho e grotesco, com a cabeleira branca tufada em pirâmide, os olhos cintilantes de febre, a boca escumosa, debatendo-se e gritando na sua gíria de louca, onde o espanhol se confundia ao português, num dialecto sem nexos.

— Não quero! Vergonha! Vergonha! Todos al infierno!

Os lacaios verdes arremessaram-se, sem respeito e sem dó, ousaram lançar mãos sacrílegas sobre a majestade, agarraram a Rainha, encafuaram numa cadeirinha essa fúria trágica, que entre a sua demência clamava sempre, como se todo o Portugal de sete séculos se tivesse abrigado na sua alma de doida, e ela fosse, na loucura profética, a própria História e a última voz das dinastias mortas:

— Verguenza! Verguenza!

Mas já os fâmulos tinham sobraçado as alças de coiro, empolgado os varais vermelhos da cadeirinha. O espectro medonho passou, com a cabeleira riçada, os olhos em fogo e seus lancinantes berros.

Sepúlveda tremia ante o espectáculo daquela realza que há vinte anos deixara no trono. Com as mãos na cabeça, encolhido na capa, largou a fugir por entre o povo, acotovelando os negros dos carretos, a turba de mulheres petrificadas. Em grandes acenos, mandou aos galegos que engatassem aos ombros a cadeirinha e lhe reconduzissem a filha, atrás dele, para a cidade.

Mas Maria do Céu não vira tudo: faltavam embarcar as irmãs da Rainha, as infantas D. Mariana e D. Maria

Benedita, cujos coches, seguidos de imensa comitiva de aias, camaristas, açafatas e criadagem, iam sucessivamente estacando em frente aos cais de desembarque. E foi pesarosa, debruçada na portinhola da cadeirinha, lançando um último olhar ao rio, por onde vogavam as galeotas, que Maria do Céu se sentiu levar pelos liteiros, cujas capas sebatas, debruadas de encarnado e amarelo, esvoaçavam como asas de grandes borboletas.

Depois de uma hora de caminhada, através dos cais barulhentos, os tremedais e os aguaceiros, Maria do Céu, descendo no cunhal da rua das Pretas, em frente à portinha verde da betesga, pôde, enfim, dizer, com as mãozitas no peito:

— Senhor pai, que lindeza!

Sepúlveda, entretido a argolar na porta, não ouviu a heresia: e quando às criadas, Maria do Céu, deslumbrada, repetia: — *Ai! que linda função!* — o capitão-mor, insensível à chuva, estava lendo o edital do Intendente da Polícia, mandando que todos os habitantes de Lisboa recolhessem a casa ao bater das Trindades.

[De *Paixão de Maria do Céu*]

MAIS PERTO DE TI, MEU DEUS!

Tema formidável, para meditações, este da catástrofe do *Titanic!* Pois não se diria que a Providência ensaiou em todos os seus pormenores cénicos a colossal tragédia, para que a humanidade a ela assistisse como a uma tremenda lição?

Sobre os mares corre, velocíssimo, o barco gigantesco: espécie de ilha que desatasse, súbito, a caminhar no oceano, com chaminés de fábricas a fumegar. Em seu incomensurável orgulho, os homens baptizaram o colosso, obra-prima da arquitectura naval, com o qualificativo promanante dos gigantes legendários que nas idades mitológicas disputaram aos Olímpicos a soberania do mundo, acabando por ser precipitados no Tártaro, fulminados por Júpiter. Se a palavra *titânico* se tornou sinónima de gigantesco, em memória dos lances da luta portentosa, certo é também que a palavra *titã* ficou na memória dos homens simbolizando a punição das orgulhosas audácias. Palavra arrogante e fatídica, quando ela se ajusta à vaidade do semideus terrestre, que no século XX calcou, enfim, ao cabo de centenas de milhares de anos, as solidões glaciais dos Pólos Ártico e Antártico, conseguiu transmitir os pensamentos pelas invisíveis ondas hertzianas e ascender, deslocar-se nos espaços, por entre as nuvens, nos clarões da aurora, na refulgência solar do meio-dia, na

penumbra do crepúsculo e nas sombras iluminadas das noites, como ave gigantesca, de que as águias fogem aterradas!

Ei-lo que parte para a viagem sobre os abismos o leviatão dos mares, como há três séculos partira a Invencível Armada, desafiando os fados. Palpita aos ventos oceânicos, nas antenas dos seus mastros, a bandeira da onnipotente Cartago das idades modernas. Vai, como uma flecha, de Southampton a Nova Iorque, transportando nos flancos profundos a população de uma vila. Em sua honra compõem odes os bardos. Para descrevê-lo, esgotam os oradores e os jornalistas todo o repertório linguístico da estupefação. E' a nave dos gigantes, é o país flutuante, é o palácio movediço... Tudo lhe chamam, menos aquilo que ele é, para que nasceu: um esquife! Nas vítimas predestinadas que ele encerra, a humanidade acha-se representada desde as *élites* supremas da riqueza aos gladiadores obscuros da luta pela vida, desde os milionários aos emigrantes. E' a Arca de Noé das espécies sociais. Vão nele mulheres cujos enfeites valem milhões e indigentes que por únicos bens transportam em sacos de lona alguns farrapos. A ilha flutuante, criada pelo gênio audacioso do homem, e que abriga no seu âmbito todas as desigualdades humanas, parece ser o resumo da própria terra. Não passa de um território que se desloca. Como nas entranhas do planeta, nas suas fornalhas ardem fogos abrasadores. Iluminado como uma via-láctea, florido como um jardim, com ruas para passeio, com cafés ao ar livre, com salões de baile e salas de concerto, as músicas abafam-lhe a trepidação dos maquinismos. No seu palco movediço nenhuma cena falta ao drama humano. Enquanto nos andares superiores, em *cabines* de luxo, que custam vinte mil francos por cinco dias, as milionárias vestem para o jantar os vestidos talhados pelas costureiras da *rue de la Paix*, e enrolam nas colunas brancas dos pescoços os fios de pérolas de dez mil guinéus, nas profundidades imersas nas ondas homens seminus, ciclopes escorrendo suor, despejam

nas fornalhas ardentes, em temperaturas de inferno, os baldes de carvão.

Enquanto as orquestras tocam valsas austríacas nas salas sumptuosas, os emigrantes, aglomerados numa promiscuidade de rebanho, sonham com o primeiro dólar a ganhar na terra da promessa para que navegam, quais outros e miseráveis Argonautas. Naquela síntese da terra, movida por uma maravilha de mecânica, vogando nas águas, a miséria, como a riqueza, têm os seus bairros separados. Ali há também, ó socialistas! fronteiras que se não ultrapassam, e é o dinheiro que regula as condições humanas. Entre o céu e as ondas, entre os abismos siderais e os abismos aquáticos, entre o firmamento onde revolteiam os astros e o Atlântico onde nadam os peixes, confiados à mesma sorte, condenados à mesma perdição, os ricos são joeirados dos pobres. Só um destino comum para os felizes e para os desventurados: a morte.

Tudo foi previsto nessa obra-prima do engenho humano. Tudo, menos o inevitável! Há piscinas de natação, salas de ginástica, telefones, caloríferos, ventoinhas eléctricas, uma estação de correios e telégrafos, uma tipografia e um jornal, uma biblioteca e uma orquestra, — mas faltarão os barcos na hora do desastre, pois que imaginação alguma concebeu que o colosso naval pudesse naufragar como uma escuna. Para alegria e conforto dos poderosos, os engenheiros, os arquitectos, os decoradores e os artistas concorreram com a sua ciência, com a sua fantasia e com a sua arte. Levou-se até ao inaudito o luxo.

Mais esplendidamente fantástico de que os galeões dos contos de fadas, o *Titanic*, transportando toneladas de ouro e centenares de vidas, voga, ressoante de músicas, sobre as águas geladas. À distância, de noite, parece uma avenida iluminada. De dia, é um edifício monumental, que vertiginosamente corre de continente a continente, que obstruirá os rios, que atravancará os portos.

As suas despensas trasbordam de vitualhas e de vinhos. Leva tonéis de *champagne*, que chegariam para a sede de oito

dias do folião Montmartre. Criados de calção e meia servem aos jantares, em travessas de prata, faisões da Escócia trufados por cozinheiros de Paris. Frutas da Austrália, laranjas da Andaluzia, flores de Nice ornamentam as mesas sob o resplendor dos vitrais. E' o navio dos milagres. Na imensidade das águas, vai falando com outros navios invisíveis, que lhe comunicam as notícias da terra longínqua. À hora do almoço, os jornais de bordo contam que a Itália está bombardeando os Dardanelos, que foi preso em Paris mais um bandido, que explodiram em Portugal mais umas bombas... Soam as orquestras e os beijos. As crianças correm à frente das *nurses* pelo convés, as mulheres dançam valsas nos salões, iluminados como firmamentos pelas empolas eléctricas. E cada minuto que passa aproxima da destruição o navio formidável. E' a corrida vertiginosa, a 21 nós à hora, para a morte: para a morte que é a maior realidade da vida e que é a única realidade que o humano orgulho não previu na edificação da suprema maravilha...

Já, porém, ao encontro do barco gigantesco, voga à mercê das ondas o *iceberg* desmoronado das escarpas polares. Que mão terrível o impele? Que inexorável Providência o traz desde as longínquas solidões árticas, ao encontro do maior navio que jamais sulcou os mares? Quem vem ao seu leme? Mas para que interrogar a mudez das cousas insondáveis? Contentem-se-nos em constatar o assombro. Na vastidão imensíssima dos mares, uma para a outra, atraídas, navegam a nave colossal e a montanha de gelo. Esta ergue-se-lhe à proa, suspende-lhe o impulso formidando de 46 000 toneladas impelidas à velocidade de 21 nós, e desmorona-a.

Então, no palco formidável, o pano sobe sobre a tragédia humana. Por mais gigantescas proporções que revistam, os cataclismos são monótonos. Obedecem a leis físicas, que perpétua e infalivelmente se repetem. E' necessária a intervenção humana para que o fenómeno se amplie nos domínios emocionantes do patético. O *Titanic* sossobrando de encontro à montanha de gelo é, em maior, a história

velha da panela de ferro e da panela de barro. As vítimas, debatendo-se, eis o espectáculo terrificante, ao mesmo tempo hediondo e sublime. E que em cena entra então a alma humana. Assim como nas escuridões breves dos eclipses o sol deixa ver a sua juba de chamas, para logo a ocultar no clarão normal do seu esplendor, assim as almas só se mostram nas horas excepcionais das grandes catástrofes. No naufrágio do *Titanic*, a humanidade assistiu a um debate épico de almas, e por sobre a terra, ante esse espectáculo tremendo, não houve olhos mortais que se não molhassem de pranto. A tragédia portentosa dignificou a espécie. Foi uma hecatombe e uma apoteose. Revelou o homem ao homem. Mostrou-lhe até que alturas ele pode elevar-se quando, a sós perante Deus, lhe reconhece a presença e lhe fala. Para que ele totalmente se não degrade e se não perca entre os desvarios do seu orgulho e os delírios dos instintos, parece preciso que, de tempos a tempos, com o holocausto de algumas vítimas, ele possa experimentar a fascinação das grandes, das nobres e das generosas acções.

Ouvindo-se agora todos os dias proclamar em Portugal não passar o homem de um organismo de simples fera que evoluiu, animado de uma vida funcional apenas transitória, destinado a corromper-se e a integrar-se na matéria à medida que se dissolve, e como tal não carecer das mentiras do ideal e das superstições da divindade, um desmentido formidável como este, que acaba de elevar-se no meio do oceano, por uma noite serena de Primavera, sob um céu adornado de constelações, pulveriza a solércia desse livre-pensamento militante. Deus é uma burla! — afirmam a um povo de cristãos as gazetas jacobinas de Lisboa. A religião é uma impostura! — ensinam os educadores do povo nos centros democráticos. A Igreja, eis a grande enfermidade que dizimou as forças da nação! — rugem os pedagogos da República. Deus é um sistema político obsoleto! — explicam os estadistas cépticos da democracia. Deus é um criminoso! — vem declarar um livro dedicado ao dr. Afonso Costa.

Olhemos para o *Titanic*. Vão nele, para a morte, homens nascidos de raças triunfantes. São quase todos anglo-saxões: gente loura e fleumática, que está subjugando sobre a vasta terra o latino jactancioso e turbulento. E o que a humanidade vê nesse palco de tragédia, quando se levanta o pano de neblinas sobre o naufrágio fabuloso, é a vitória da fé redimindo o animal humano e elevando-o às regiões do sublime.

A quem pode tal facto surpreender? Presidindo aos actos mais admiráveis de que o homem tem sido capaz, sempre encontramos, desde as eras mitológicas, a crença indestrutível na divindade. Não foi por isso difícil à filosofia demonstrar que a civilização, em todos os aspectos do seu progresso moral e científico, se origina nesse reconhecimento sensitivo da perfeição suprema, a que a humanidade deve o essencial estímulo da sua ascensão ininterrupta. Eliminar a divindade é paralisar esse movimento ascensional. Roma, ao deixar de crer nos seus deuses, decaiu, desaba e pulveriza-se. A Europa moderna não é mais do que a resultante da expansão do cristianismo. A fé é um tão colossal poder, que ainda hoje a Turquia vive, enclausurada pelos cristãos ortodoxos, protestantes, e gregos, na cidadela formidável da sua crença fanática.

Sem a superstição religiosa, o homem ficaria confinado na animalidade primitiva. A sua capacidade civilizadora provém da sua concepção de Deus. Foi pressentindo Deus que a sua inteligência desabrochou. O seu opaco cérebro foi-se iluminando às primeiras cogitações sobre o autor divino dos mundos. A primeira ciência foi a ciência religiosa. Deus foi a primeira abstracção a que se elevou o espírito humano. É necessário que o homem adquira a noção espiritualista da divindade para que principie a subir a sideral escadaria do sonho de Jacob. Espaço imenso o que separa o homem voador do século XX do troglodita das primeiras e bárbaras idades! Quantos biliões de degraus, de conquista em conquista, de sonho em sonho, de verdade em verdade, através de incontáveis milenários, não teve de subir

o homem das cavernas para ser Platão, para ser Leónidas, para ser Cristo, para ser Santo Agostinho, para ser Dante, para ser Rousseau, para ser Pasteur! Onde, nas forças cegas da Natureza e nos instintos que animam a matéria encontraria ele o estímulo que o arremessa da sua ignorância ancestral até à concepção dos sistemas filosóficos? Foi caminhando ao encontro de Deus que ele foi abrangendo, de mais altos em mais altos espaços, a compreensão do universo. Antes de compreender que a terra vivia na dependência astral do Sol, adivinhou que o Homem vivia na dependência misteriosa da Divindade. Antes de fundar as ciências, fundou as religiões. A civilização é o fruto da sua fé.

Os livre-pensadores – filhos ingratos dessa fecunda fé, — pretendem substituir o Homem a Deus. Mas, desabituaado de sonhar, o Homem não deixaria de progredir? Todos os seus esforços não se restringiriam à procriação e ao alimento? Onde existiu jamais o historiador capaz de narrar e encadear os factos históricos exceptuando deles a religião? A religião é na história dos povos o que a atmosfera é na história da Natureza. Sem atmosfera não há condições de vida física. Sem religião não há condições de vida social.

O livre-pensador, só porque fecha os olhos, quer convencer-se de que o mistério não existe. A terra é dele. Viverá nela. Gastará a vida como a sola dos sapatos, sem pensar em quem lhos fez. Mas esta concepção, embora absurda, ainda poderia admitir-se em hipótese, se outro não fora o aspecto por que é preciso encarar o inquietante problema. A questão não está em admitir ou em negar Deus. A questão está em provar se não é precisamente a essa superstição da divindade que o homem deve os seus mais espantosos triunfos morais. A questão está em demonstrar que toda a grandeza humana não deriva dessa capacidade idealista, desenvolvida progressivamente pelo culto da divindade e que incutiu no homem, — pela aplicação, na medida das suas forças mesquinhas, dos dotes de poder e de beleza com que a sua imaginação adornava a entidade

divina, — a percepção dos fenómenos da natureza e a consciência do dever, da justiça, da generosidade e do bem.

Perante a conduta de alguns homens, na catástrofe do *Titanic*, impossível é aos materialistas explicar de onde promana o seu heroísmo sublime. A sua orgulhosa dialéctica desmorona-se. As suas arrogantes blasfémias emudecem. Até hoje, nenhum livre-pensador conseguiu claramente dizer-nos em que é a religião prejudicial ao homem. Temos como certo que a fé em Deus só é nociva aos que apenas pensam em dominar os semelhantes debaixo do joelho e redimir pela tirania e pela crueldade os males que só provêm da mesma crueldade e de uma tirania idêntica. Mas a fé em Deus é necessária para que os músicos do *Titanic* entrem na morte tocando e para que o telegrafista Phillips não largue os aparelhos senão quando a água, inundando as máquinas, suspende a energia eléctrica que os anima, no momento do colossal trambolhão do gigante nos abismos.

Na sua narração patética do naufrágio, o coronel Gracie conta que os sobreviventes, alguns deles moribundos, que se aglomeravam seminus nas embarcações e nas jangadas, tiritando e batendo os dentes de frio, molhados pelas águas geladas, passaram a noite, até à chegada do *Carpathia*, rezando. De todas as embarcações se elevavam as preces. Homens que desde longos anos tinham por completo esquecido o seu Criador, lembravam-se subitamente das orações da infância e recitavam-nas de joelhos, banhando as faces de lágrimas. Sobre o sussurro das vagas elevava-se o sussurro das orações. Sem descontinuar, em alguns dos barcos, os naufragos entoavam em coro o Padre-Nosso. Quando, logo após a submersão do navio, no redemoinho sobressaltante das águas, os desgraçados que não haviam podido obter lugar nas embarcações nadavam de um a outro barco, a suplicar que os recolhessem, era invocando o nome de Deus que o faziam. Todos se tinham esquecido das suas riquezas. Acima do poder insignificante do ouro todos apelavam para a onipotência de Deus.

Quanto mais culto é o homem, tanto mais a sua conduta é heróica. O heroísmo e o altruísmo parecem estar em relação com a capacidade de idealismo de cada um.

Os músicos — os artistas — sacrificam-se. A percentagem de homens salvos relativamente às mulheres é superior entre os passageiros da 1.^a e da 2.^a classes. Entre os emigrantes, entre os *incultos*, a bestialidade irrompe. É preciso matar a tiro homens que pretendem antecipar-se às mulheres na salvação. As crianças da 1.^a e da 2.^a classes salvam-se todas. O milionário Astor, depois de embarcar a mulher, desce tranquilamente ao camarote, a envergar a casaca, porque quer morrer como um *gentleman* e não dever a vida ao sacrifício de uma vida alheia. Perdidas as derradeiras esperanças, os condenados gritam aos que se afastam, salvos, nas embarcações: — «Que Deus os proteja e abençoe!»

O desvario do terror ante a inanidade dos socorros terrestres, apelando para os socorros divinos inexistentes — balbuciam ainda os materialistas, sem quererem ver que esse apelo unânime para Deus implica necessariamente a consciência da sua existência. A que outro estímulo senão o da fé se pode atribuir o heroísmo desses músicos anónimos, que tocam valsas e polcas para animar os náufragos e acalmar os desatinos do terror?

Eles também, esses músicos sublimes, no momento em que a última esperança se lhes esvai, passam das valsas profanas de Strauss para os hinos religiosos e descem ao abismo entoando nos violinos, no violoncelo e no piano o *Nearer, my God, to Thee*: Mais perto de ti, ó meu Deus!

E que dizer dos fogueiros, que ficam junto às fornalhas, rezando? E que dizer do telegrafista Phillips, a quem é necessário que o companheiro vista o cinto de salvação — que não o salvará — pois ele se nega a abandonar por um só instante o aparelho, de onde continua a lançar para os espaços o S.O.S. que assinala o desastre? E que dizer do capitão Smith, que morre de pé na ponte do comando, a gritar pelo porta-voz à sua tripulação: «Lembrem-se de que

são ingleses!?» E que dizer dos que cedem estoicamente a vida aos mais novos? E que dizer daqueles a quem a morte assusta menos do que a separação?

Com que se obtêm estas dedicações heróicas? Ensinando aos homens que a lei da vida é a satisfação dos instintos? Compenetrando-se do que para lá da vida nada existe? Convencendo-os de que Deus é uma impostura?

Hoje, como há 3000 anos, quando Leónidas, antes do feito sublime das Termópilas, a que Robespierre chama a mais heróica resolução que jamais concebeu a virtude humana», aprazava para o banquete da vida eterna os seus companheiros de armas, é sob a invocação da divindade que o homem avança, sobe, prospera e realiza as acções grandes!

[Da *Zona de Tufões*]